



SENADO FEDERAL
UNIVERSIDADE DO LEGISLATIVO BRASILEIRO (UNILEGIS)
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL (UFMS)

MARIA DO CARMO CARVALHO LIMA SANTOS

BANCADA FEMININA NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1987/1988.

Brasília – DF
2008



MARIA DO CARMO CARVALHO LIMA SANTOS

BANCADA FEMININA NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE 1987/1988

Trabalho final apresentado para aprovação no curso de pós-graduação *lato sensu* em Ciência Política pela Universidade do Legislativo Brasileiro e Universidade Federal do Mato Grosso do Sul como requisito para obtenção do título de especialista em Ciência Política.

Orientador: Marcos Magalhães de Aguiar

**Brasília – DF
2008**

**BANCADA FEMININA NA ASSEMBLÉIA CONSTITUINTE DE
1987/1988**

**Trabalho de Conclusão do Curso de Especialização em
Ciência Política realizado pela Universidade do
Legislativo Brasileiro no 2º semestre de 2008.**

Aluna: Maria do Carmo Carvalho Lima Santos

Banca Examinadora:

Professor Orientador: Marcos Magalhães de Aguiar

Professor Convidado: Dario Alberto

Brasília – DF, 12 de novembro de 2008

Ao Ricardo, companheiro na vida, pelo apoio e paciência constante em todos os meus projetos de vida, pessoais, profissionais e acadêmicos.

Aos meus filhos Isabel, João Ricardo, Fernanda e neta Luiza razão do meu amor, existência e dedicação ao trabalho e estudos.

Aos meus pais que me acompanham com fé e oração.

AGRADECIMENTOS

Meus agradecimentos ao professor e orientador Marcos Aguiar, pela motivação, disponibilidade e críticas às idéias apresentadas, facilitando o alcance do objeto desse estudo. Obrigada pela sua orientação segura e profissional. Meus agradecimentos ao Senado Federal que viabilizou a estrutura necessária à realização do curso. Aos Coordenadores do Curso de Ciência Política pela constante vigilância na qualidade do ensino e apoio. Aos professores que, com profissionalismo, disseminaram conhecimento e contribuíram de forma positiva na realização desse trabalho. Agradeço aos colegas com emoção e saudade pelo carinho, amizade e alegria.

Minha gratidão à querida sobrinha Raquel pelo apoio e incentivo ao desenvolvimento do tema dessa monografia. Conversar com ela sobre a elaboração do projeto e discussões a cada capítulo desenvolvido, trouxe a mim a motivação para o trabalho intelectual que estava precisando. De coração meu muito obrigada.

Agradeço à administração da Câmara dos Deputados por ter proporcionado condições funcionais para minha participação no curso de Especialização em Ciência Política. À Diretora da Coordenação de Relacionamento e Pesquisa (Corpi), Marilda Barbosa, pelo incentivo e compreensão nas ausências para assistir às aulas. Minhas desculpas, também, aos colegas pela sobrecarga de trabalho durante afastamento para estudos. Agradeço à equipe da Corpi, em especial à Ana Beatriz, pelo apoio e críticas construtivas.

RESUMO

O objeto deste trabalho, baseado em pesquisa histórico-descritiva, é perfil político da bancada feminina na Constituinte de 1987/1988. Trata-se de pesquisa analiticamente orientada sobre a participação das parlamentares que eleitas para a 48ª Legislatura se tornaram um grupo político na esfera da Assembléia Constituinte. O processo de reconstituição histórica considerado investiga o perfil parlamentar das representantes femininas a partir do grau de instrução, formação acadêmica, ocupação profissional, idade, origem por partido político, filiação partidária, migração partidária, trajetória política por cargos eletivos, cargos públicos, atividades associativas, capital político familiar, autodefinição política e desempenho em plenário evidenciado pelo comportamento em votações nominais e notas atribuídas aos parlamentares. A tese que aqui se levanta é de que o perfil da bancada feminina da Assembléia Nacional Constituinte de 1986/87 corresponde a um grupo, em sua maioria, com formação superior, formado em ciências humanas, jovem, de autoposicionamento ideológico de centro e centro-esquerda, em primeiro exercício e com algum grau de parentesco político; que atuou em defesa das reivindicações de igualdade de direitos e ampliação da cidadania às mulheres. Seu trabalho na elaboração da Carta não se restringiu contudo apenas às reivindicações de gênero, ao dar estofos aos temas da agenda coletiva. Em todas as questões, em sua maioria, a bancada feminina demonstrou participação avançada e progressista, procurando entendimento além dos partidos políticos, numa demonstração de independência partidária, ideológica e regional.

Palavras-chave: Assembléia Nacional Constituinte; Bancada Feminina; Perfil Sociopolítico.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Composição da Bancada, por Grau de Instrução e Região Eleitoral

Tabela 2: Composição da Bancada por Formação Acadêmica e Região Eleitoral

Tabela 3: Composição da Bancada por Profissão e Região Eleitoral

Tabela 4: Composição da Bancada, por Idade e Região Eleitoral

Tabela 5: Composição da Bancada, por Estado e Região

Tabela 6: Composição da Bancada, por região de nascimento

Tabela 7: Composição da Bancada – Relação região de nascimento, região de eleição

Tabela 8: Representação Partidária da Bancada na Sessão de Instalação e Promulgação da ANC

Tabela 9: Composição da Bancada, por Região Eleitoral e Partidos

Tabela 10: Movimentação partidária

Tabela 11: Movimentação Partidária da Bancada antes da ANC por Região

Tabela 12: Mobilidade Partidária da Bancada antes da ANC por Partido

Tabela 13: Composição da Bancada por Cargos Eletivos na Câmara Federal

Tabela 14: Composição da Bancada, por Outros Cargos Eletivos

Tabela 15: Composição da Bancada por ocupação de Cargos Públicos e Região Eleitoral

Tabela 16: Composição da Bancada, por atividades associativas, sindicais e de classe por Região

Tabela 17: Composição da Bancada, por atividades associativas, sindicais e de classe por Partido

Tabela 18: Composição da Bancada, por Capital Político Familiar e Região

Tabela 19: Composição da Bancada, por Capital Político Familiar por partido

Tabela 20 : Composição da Bancada, por Autodefinição política e partido

Tabela 21: Composição da Bancada, por Autodefinição política e região

Tabela 22: Votações da Bancada, por Temas de interesse da Mulher

Tabela 23: Votações da Bancada por Temas da Agenda Coletiva

Tabela 24: Composição da Bancada, por avaliação de votação/DIAP por partido

Tabela 25: Composição da Bancada, por avaliação de votação/DIAP por Região

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANC – Assembléia Nacional Constituinte

DANC- Diário da Assembléia Nacional Constituinte

Dep. – Deputado

SILEG – DEP – Sistema de Informações Legislativas . Módulo Deputados.

CNDM – Conselho Nacional dos Direitos da Mulher

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar

LISTA DE PARTIDOS

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

PFL – Partido da Frente Liberal

PDS – Partido Democrático Social

PT - Partido dos Trabalhadores

PDT – Partido Democrático Trabalhista

PTB – Partido Trabalhista Brasileiro

PSB – Partido Socialista Brasileiro

PCdoB – Partido Comunista do Brasil

PSC – Partido Social Cristão

PL – Partido Liberal

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PDC – Partido Democrata Cristão

PMB – Partido Municipalista Brasileiro

SUMÁRIO

Introdução	09
Capítulo I	14
Bancada feminina: um perfil sociopolítico	14
1.1 A Assembléia Nacional Constituinte	14
1.2 A Bancada Feminina – grau de instrução e região eleitoral	20
1.3 A Bancada Feminina – formação acadêmica e profissional	21
1.4 A Bancada Feminina – a idade	24
1.5 A Bancada Feminina – por partido político, estado e região	25
1.6 Filiação Partidária na Instalação e Promulgação da ANC	30
1.7 A Bancada Feminina e a movimentação partidária	33
1.7.1 Migrações partidárias anteriores	37
1.8 A Bancada Feminina e o seu perfil	39
Capítulo II	41
A trajetória política da Bancada Feminina	41
2.1 A Bancada Feminina por cargos eletivos	41
2.2 A Bancada Feminina por cargos públicos	44
2.3 A Bancada Feminina por atividades associativas, sindicais e de classe	47
2.4 A Bancada Feminina segundo capital político familiar	50
2.5 A Bancada Feminina por autodefinição política	52
Capítulo III	56
A agenda temática da Bancada Feminina	56
3.1 A Bancada e a Agenda Feminina	57
3.2 A Bancada e a Agenda Coletiva	66
3.3 Temas da Agenda do Trabalhador	75
Conclusão	78
Referências bibliográficas	80

Introdução

A Assembléia Constituinte de 1987, convocada pela Emenda Constitucional n. 26 de 1985, foi uma reforma constitucional promovida dentro do quadro vigente para aperfeiçoar as instituições e consolidar a democracia. Esse evento político reuniu as mais diversas correntes do pensamento nacional em torno dos grandes temas de interesse da sociedade brasileira. Os parlamentares eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986 – 487 deputados federais e 72 Senadores – num total de 559 parlamentares que, deram início ao trabalho constituinte, na modalidade congressional, em 1º de fevereiro de 1987, data de instalação da ANC, tendo-o concluído em 5 de outubro de 1988, quando o Presidente da Assembléia Nacional Constituinte, em sessão solene, promulgou a Constituição Federal. (OLIVEIRA, 1993).

A atuação política da população feminina nos diferentes espaços da sociedade brasileira é uma conquista recente. Sua presença na política institucional ainda é excessivamente baixa. A política brasileira é historicamente marcada pelo predomínio do homem. Os avanços da participação política das mulheres ainda são poucos significativos. Há um déficit histórico de representatividade feminina nos espaços de poder, significando uma imperfeição para a democracia brasileira (PINHEIRO, 2007). A construção da democracia é fruto de processos de mudança que incorporam grupos excluídos, igualam os indivíduos no plano político, econômico e social, e se concretizam obrigatoriamente pela representação proporcional de homens e mulheres na política.

O século XX foi marcado pela conquista do direito ao voto pelas mulheres em quase todo o mundo. O reconhecimento jurídico dos direitos políticos da mulher no Brasil tem como marco inicial a conquista do direito ao voto instituído pelo Código Eleitoral promulgado por Getúlio Vargas por meio do decreto nº 21.076/1932. Assim nascia o direito nacional ao voto para as mulheres. Em 1932 foi eleita a primeira deputada federal constituinte Carlota Pereira de Queiroz, que integrou a Comissão de Saúde e Educação. A Assembléia Constituinte de 1946 significou um atraso em relação à participação da mulher no seu espaço de poder, pois, não havia uma única representante parlamentar feminina, o que certamente significou um retrocesso em relação à Constituinte anterior.

Até a década de 1970 o quadro de exclusão das mulheres na política não sofreu muitas modificações. A partir do final da década de 1980, a situação se modifica, em virtude do

crescimento industrial, que contribuiu para um aumento significativo da participação feminina no mercado de trabalho e em cursos superiores. A isto se aliou o processo de redemocratização do País. Esses fatos contribuem para ampliar a participação da mulher nas esferas de poder, encorajando-as, também, a organizarem-se politicamente, o que revela a importância dos movimentos de mulheres nesse processo.

As eleições de novembro de 1986 tiveram um significado especial para as mulheres. Foi eleita bancada de 26 deputadas¹, o maior número obtido até aquele momento de parlamentares constituintes. Embora fossem apenas 4,9% dos representantes na Assembléia Constituinte e estivessem representando 54% da população brasileira. A bancada feminina ainda que reduzida se comprometeu com o momento histórico de elaboração da nova Carta. Conforme declaração da deputada Maria de Lourdes Abadia, “tínhamos de nos unir suprapartidariamente e supra-ideologicamente para marcar uma posição, porque 25 deputadas divididas não conseguiriam nada”².

O objeto deste trabalho, baseado em pesquisa histórico-descritiva, é perfil político da bancada feminina na Constituinte de 1987/1988. Trata-se de pesquisa analiticamente orientada sobre a participação das parlamentares que eleitas para a 48ª Legislatura se tornaram um grupo político na esfera decisória da Assembléia Constituinte. O processo de reconstituição histórica considerado investiga o perfil parlamentar das representantes femininas a partir do grau de instrução, formação acadêmica, ocupação profissional, idade, origem por partido político, filiação partidária, migração partidária, trajetória política por cargos eletivos, cargos públicos, atividades associativas, capital político familiar, autodefinição política e desempenho em plenário evidenciado pelo comportamento em votações nominais e notas atribuídas aos parlamentares.

A motivação deste trabalho se relaciona ao estudo da mulher na atividade política nos ambientes formais, relacionado à sua responsabilidade como grupo social distinto e representante dos interesses femininos refletidos na instituição parlamentar. O momento histórico de comemoração dos vinte anos de promulgação da Constituição de 1988 é também princípio motivador de reflexão sobre os atores políticos desse evento.

¹ O nº de parlamentares eleitas para a Constituinte é de 26, mas apenas 25 deputadas atuaram, uma vez que Beth Mendes afastou-se para assumir função de Secretária de Estado em São Paulo. Jornal da Constituinte, nº 38, 1988.

² Jornal da Constituinte, nº 38, 1988.

A apreensão do papel histórico desempenhado por esse grupo político, a investigação de suas características subjacentes como atores individuais ou grupo social coletivo é um estímulo essencial que norteia esta pesquisa. Fez-se retrospecto da trajetória política dessa bancada e da atuação no processo de elaboração da Constituição de 1988. A proposta é contribuir para uma reflexão da representação feminina no Poder Legislativo, no período proposto, a partir da coleta de dados baseado em métodos biográficos.

A revisão bibliográfica sinaliza a existência de estudos sobre a constituinte de 1987/88, por diversos autores, com análises abrangentes ou exames de temas específicos, debatidos no processo constituinte. Porém, análises sobre grupos atuantes são esparsos e, no caso da bancada feminina no processo constituinte de 1987/88, inexistentes. Não há estudo específico sobre o perfil parlamentar da bancada feminina e tampouco análise documental no que diz respeito às votações e discussão de emendas, pareceres, relatórios e discursos nas diversas fases da elaboração constitucional. Essa lacuna remeteu este trabalho ao exame da literatura do perfil parlamentar dos constituintes de 1987/88 e de 1946, como também estudos sobre a participação política da mulher no período pós-constituinte.

A atuação parlamentar foi objeto de estudo de BRAGA (1998), que elaborou um perfil socioeconômico da Constituinte de 1946, e um perfil sociopolítico apresentado em Seminário e não publicado sobre o grupo “Centrão”; RODRIGUES, (1987) que analisou o perfil sociopolítico de deputados e partidos na Constituinte de 1987/88. COELHO & OLIVEIRA (1989) produziu estudo sobre o desempenho dos constituintes em plenário. FLEISCHER (2002) efetuou estudo sobre origens partidárias e perfis. FARAH (1987) traz apanhado geral da correlação de forças da constituinte. O DIAP (1988) elaborou o documento *Quem foi quem na constituinte nas questões de interesse dos trabalhadores*. KINZO (1989) estudo de desempenho a partir do comportamento dos partidos em votações nominais na constituinte. Foram estudados também trabalhos acadêmicos sobre mulheres parlamentares no pós-constituinte, como PINHEIRO (2007), SANTOS (2006) e BELLOZO (2006).

Utilizou-se o método de pesquisa histórico-descritivo para investigar os acontecimentos pertinentes ao tema no período. Os dados qualitativos e quantitativos coletados foram apresentados e discutidos, evidenciando os limites e possibilidades de sua ação legislativa e discursiva, apontando possíveis explicações e questionamentos. Para análise quantitativa foi utilizado software de manipulação estatística (MS Excel). Assim os dados foram apresentados de

forma tabular, de modo a permitir melhor visualização e análise. O critério utilizado para construção das tabelas a partir de dados partidários foi a filiação da legenda pelas quais as deputadas foram eleitas³. Não se considerou a grande movimentação partidária da bancada ocorrida durante o processo constituinte, uma vez que essa migração ocorreu na maior parte ao final da elaboração da Constituição.

O trabalho foi construído a partir de utilização das seguintes fases e métodos de pesquisa:

- Estudo e análise do funcionamento organizacional das diversas fases do processo constituinte;
- Levantamento bibliográfico envolvendo fontes secundárias como livros, revistas especializadas, jornais e fontes de referência;
- Leitura e resumo dos textos dos autores e fontes selecionadas;
- Levantamento em fontes primárias como os Anais da Assembléia Nacional Constituinte e Documentos da Constituinte;
- Pesquisa nas Bases Históricas do Senado Federal;
- Análise e pesquisa dos perfis sociais e biográficos coletada no Sistema de Informações Legislativas – SILEG-DEP, Módulo Deputados da Câmara dos Deputados;
- Pesquisa e análise das votações selecionadas nos Diários da Assembléia Nacional Constituinte;
- Construção de tabelas dos dados levantados;
- Análise dos resultados estatísticos colhidos e
- Formulação e apresentação de relatório descritivo dos resultados obtidos.

Reportou-se à literatura referente aos seguintes temas: processo constituinte, análise de perfis parlamentares, representação política da mulher, partidos políticos, comportamento parlamentar, grupos políticos, história parlamentar.

A tese que aqui se levanta é de que o perfil da bancada feminina da Assembléia Nacional Constituinte de 1987/88 corresponde a um grupo, em sua maioria de nível superior, formado em ciências humanas, jovem, de autoposicionamento ideológico de centro e esquerda,

³ Exceto a filiação da deputada Dirce Tutu Quadros, eleita pelo PSC, mas que logo no início dos trabalhos constituintes migrou para o PTB.

em primeiro exercício na Câmara Federal e com algum grau de parentesco político; que atuou em defesa das reivindicações de igualdade de direitos e ampliação da cidadania às mulheres. Seu trabalho na elaboração da Carta não se restringiu contudo apenas às reivindicações de gênero, ao dar estofos aos temas da agenda coletiva. Em todas as questões, em sua maioria, a bancada feminina demonstrou participação avançada e progressista, procurando entendimento além dos partidos políticos, numa demonstração de independência partidária, ideológica e regional.

Capítulo I

Bancada feminina: um perfil sociopolítico

Este capítulo apresenta a composição da bancada feminina da Assembléia Nacional Constituinte de 1987 a partir de seu perfil sociopolítico. Aqui são identificadas suas origens por região, os partidos pelas quais estavam filiadas na sessão de instalação e promulgação da Constituinte e as migrações partidárias ocorridas no período constituinte. Os dados apresentados são intercalados com outros levantamentos e considerações feitos por estudos relativos à Constituinte de 1987. O objetivo é chamar atenção para alguns aspectos entre a bancada feminina e o grupo parlamentar. Apresentamos, também, um breve relato sobre o funcionamento da ANC, de maneira a permitir, uma visão desse evento, e situar o contexto de atuação dessa bancada.

1.1 A Assembléia Nacional Constituinte

A Assembléia Nacional Constituinte, prevista na Emenda Constitucional nº 26, de 1985 foi instalada em sessão solene, na modalidade congressional, em 1º de fevereiro de 1987, presidida pelo então deputado Ulysses Guimarães. Após 20 meses de trabalho, os congressistas promulgaram, em 5 de outubro de 1988, a oitava Constituição brasileira, batizada de *Carta Cidadã*, de amplo apoio popular e em defesa dos direitos dos cidadãos.

A Assembléia, cujos trabalhos foram abertos pelo então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministro José Carlos Moreira Alves, foi composta por 559 constituintes, eleitos no pleito de 15 de novembro de 1986, com 487 deputados federais, 49 senadores e mais 23 senadores eleitos em 1982, representantes dos 23 estados que existiam à época, e do Distrito Federal. O texto era extenso: 245 artigos e 70 atos das disposições constitucionais transitórias compunham a *Carta*.

A composição dos partidos na instalação da Assembléia Nacional Constituinte encontrava-se distribuída em treze agremiações com os seguintes números de cadeiras: PMDB com 303; PFL, 135; PDS, 38; PDT, 26; PTB, 18; PT, 16; PL, 7; PDC, 6; PCB, 3; PCdoB, 3; PSB, 2; PSC, 1; PMB, 1. Ao longo do processo de elaboração da Constituição essa correlação de forças foi alterada. Aconteceram mudanças, migrações entre partidos e surgimento de novas bancadas. (OLIVEIRA, 2005).

A promulgação da Constituição de 1988 pôs fim aos últimos vestígios formais do regime autoritário. É o marco de um longo processo de transição do autoritarismo para a democracia no

Brasil. Na sua elaboração as atenções e esperanças do país voltaram-se para a formulação de um novo arranjo institucional com aspirações variadas e ambíguas, bem como interesses potencialmente conflitantes. Nesse sentido, havia um anseio de que ela não só fixasse os direitos dos cidadãos e as instituições básicas do país como resolvesse muitos problemas fora do seu alcance. O texto muito criticado, desde o início de sua vigência, por tratar de assuntos que não são de natureza constitucional, refletiu as pressões dos diferentes grupos da sociedade. Partidos políticos, entidades de classe, igrejas, entidades representativas da sociedade civil, todos estiveram atentos e atuantes na defesa dos seus interesses. Novos atores fizeram-se presentes na cena política e em disputas, tensões ou negociações em torno da ordem a ser definida.

A elaboração da Constituição revela a complexidade que cercou o processo de democratização do país, ainda dominado por elites políticas conservadoras e militares. O crescimento do movimento social coincidindo com o enfraquecimento nas forças dominantes envolveu oposição entre os mais variados grupos de interesses setoriais e corporativos, ao lado dos grandes ideais de cidadania e do ideal democrático, variada gama de manifestações, lobbies e propostas. Derrotas e vitórias podem ser contabilizadas pelos setores progressistas e conservadores. Impasses e composições alteraram-se. A Constituinte se tornou bastante permeável às pressões dos interesses de grupo, sendo que cada decisão da maioria era precedida de longas negociações.

A Assembléia Constituinte, por sua natureza congressional, foi amplamente criticada, mas foi certamente a experiência mais democrática na história constitucional brasileira. O processo que norteou seu funcionamento foi essencialmente participativo. A organização descentralizada dos trabalhos permitia a garantia de participação de todos os constituintes. Amplamente divulgada pela imprensa, a redação do texto, e seu posterior debate nas subcomissões e no plenário, foi de conhecimento da sociedade.

A despeito de várias imperfeições e ressalvas, a Constituição representou um avanço significativo ocorrido no país, especialmente na área dos direitos sociais e políticos, no fortalecimento da democracia, no reconhecimento dos direitos coletivos e na construção participativa. Tratava-se de um processo oriundo da pluralidade, da riqueza de etapas, da participação da sociedade organizada e da ausência de um anteprojeto.

Após sua instalação, algumas questões polêmicas atrasaram o início da elaboração da futura Constituição. Pairavam dúvidas sobre a necessidade de participação dos senadores com

mandato desde as eleições de 1982. Pelo voto do plenário foram aprovadas suas presenças e seu direito a voto, iguais aos demais constituintes.

A segunda questão referia-se à exclusividade da Constituinte sobre a pauta de trabalhos do Congresso – deveria a Constituinte correr em paralelo às demais questões de interesse dos congressistas ou deveria ser ela assunto exclusivo? A fórmula encontrada foi a da absoluta prioridade da Constituinte em matéria de pauta, serviços e recursos.

O terceiro ponto girava em torno de sua soberania. Deveria a ANC assumir o efetivo comando político da transição institucional, revogar regras autoritárias do regime antigo e marcar um calendário para a completa redemocratização? A Constituinte terminou apenas fixando em seu regimento interno uma declaração de soberania e a criação do “Projeto de decisão”, que poderia ser admitido quando algo a ameaçasse. (COELHO;OLIVEIRA,1989)

Para a Presidência da ANC surgiram duas candidaturas: Ulysses Guimarães (PMDB-SP) e Lysâneas Maciel (PDT-RJ). A vitória de Ulysses Guimarães deu-se por larga margem de votos. A elaboração de normas necessárias ao funcionamento da ANC foi um dos primeiros atos de seu Presidente. Enquanto o Regimento Interno era discutido, o plenário aprovava a Resolução nº 1, de 1987, estabelecendo normas preliminares de funcionamento, que dispunha da formação da Mesa, das Lideranças, das sessões, das atas, dos anais, do processo de votação e do calendário de tramitação do Regimento. Em 24 de março de 1987 foi promulgado o Regimento Interno pela Resolução nº 2, com 86 artigos⁴.

Assim o método de trabalho inserido no Regimento Interno foi ousado e inovador. Não se partiu de um anteprojeto ou estudo prévio. Nenhum grupo parlamentar constituinte foi encarregado de formular um primeiro estudo. O modelo decisório incluía, paritariamente, todos os parlamentares na elaboração do texto constitucional. Diferentemente das constituições de 1891 e de 1934, em que os constituintes receberam anteprojeto do Executivo a partir do qual iniciaram os trabalhos de elaboração de nova carta. A Constituição de 1988 proveio da própria vontade dos constituintes⁵.

A construção do futuro Projeto deu-se das partes para o todo. As regras internas favoreciam um trabalho descentralizado, sendo elaborado de baixo para cima. Não haveria

⁴ DANC de 25/03/1987

⁵ Embora tenha existido antes da instalação da Assembléia a Comissão Especial de Estudos Constitucionais, em 1985, presidida pelo jurista Afonso Arinos, para elaborar um anteprojeto de Constituição com um conjunto de sugestões aos constituintes, o texto da comissão não foi enviado à ANC.

anteprojeto prévio, os trabalhos começariam pela formação de várias subcomissões responsáveis, cada uma delas, por apresentar esboços preliminares em suas áreas temáticas específicas. O conjunto da Assembléia seria dividido em nove Comissões Temáticas, subdivididas em 24 subcomissões. As subcomissões deliberavam baseadas em sugestões encaminhadas por constituintes e a sociedade civil. Foram encaminhadas 12.000 sugestões distribuídas para os comitês por temas. Foi instituída também a Comissão de Sistematização que, após o trabalho das Comissões Temáticas, organizaria um projeto e acompanharia sua tramitação. Esta comissão se tornou, durante o primeiro ano de seu funcionamento, a mais poderosa de todas, com ascendência política na condução do processo.

Nos termos do art. 15 do Regimento Interno foram criadas as seguintes Comissões e Subcomissões:

- I – Comissão da Soberania e dos Direitos e Garantias do Homem e da Mulher:
 - a) Subcomissão da Nacionalidade, da Soberania e das Relações Internacionais; b) Subcomissão dos Direitos Políticos, dos Direitos Coletivos e Garantias; c) Subcomissão dos Direitos e Garantias Individuais.
 - II – Comissão da Organização do Estado:
 - a) Subcomissão da União, Distrito Federal e Territórios; b) Subcomissão dos Estados; c) Subcomissão dos Municípios e Regiões.
 - III – Comissão da Organização dos Poderes e Sistema de Governo:
 - a) Subcomissão do Poder Legislativo; b) Subcomissão do Poder Executivo; c) Subcomissão do Poder Judiciário e do Ministério Público.
 - IV – Comissão da Organização Eleitoral, Partidária e Garantia das Instituições:
 - a) Subcomissão do Sistema Eleitoral e Partidos Políticos; b) Subcomissão da Defesa do Estado, da Sociedade e de sua Segurança; c) Subcomissão de Garantia da Constituição, Reformas e Emendas.
 - V - Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças:
 - a) Subcomissão de Tributos, Participação e Distribuição das Receitas; b) Subcomissão de Orçamento e fiscalização Financeira; c) Subcomissão do Sistema Financeiro.
 - VI – Comissão da Ordem Econômica:
 - a) Subcomissão de Princípios Gerais, Intervenção do Estado, Regime da Propriedade do Subsolo e da Atividade Econômica; b) Subcomissão da Questão Urbana e Transporte; c) Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária.
 - VII – Comissão da Ordem Social:
 - a) Subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos; b) Subcomissão de Saúde, Seguridade e do Meio Ambiente; c) Subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias.
 - VIII – Comissão da Família, da Educação, Cultura e Esportes, da Ciência e Tecnologia e da Comunicação:
 - a) Subcomissão da Educação, Cultura e Esportes; b) Subcomissão da Ciência e Tecnologia e da Comunicação; c) Subcomissão da Família, do Menor e do Idoso.
 - IX – Comissão de Sistematização
-

Cabia ao relator de cada subcomissão preparar um anteprojeto com base nas propostas, sugestões e emendas encaminhadas. O relator dava parecer às emendas, e votava-se na subcomissão, chegando-se ao anteprojeto aprovado por seus membros por maioria simples. As emendas seriam arquivadas, podendo, entretanto ser reapresentadas nas demais fases da elaboração constitucional.

Em 28 de maio de 1987 começou o prazo para que os membros das Comissões Temáticas apresentassem emendas aos anteprojetos das Subcomissões. Foram apresentadas nessa fase 7.728 emendas. As mesmas regras regiam o processo decisório nas respectivas Comissões Temáticas após o recebimento dos anteprojetos aprovados de suas respectivas subcomissões. No prazo para emendas aos substitutivos dos Relatores das Comissões Temáticas foram apresentadas 7.192 emendas. Em 15 de junho de 1987 as Comissões Temáticas apresentaram relatórios unificando o resultado em suas respectivas áreas de atuação a ser submetido ao exame da Comissão de Sistematização.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral, entrega o primeiro anteprojeto de Constituição, baseado no relatório das Comissões Temáticas, em 26 de junho de 1987, o qual continha 501 artigos, distribuídos em 10 títulos. Naquele momento o relator apenas reuniu os textos e deu-lhe organização, sem se envolver nas apreciações de mérito. Em 15 de julho de 1987 inicia a discussão do anteprojeto em Plenário. No mesmo prazo foram aceitas emendas subscritas por, no mínimo, trinta mil eleitores brasileiros, em listas organizadas por, no mínimo, três entidades associativas, as *emendas populares*. Foram recebidas 20.791 emendas, dessas 122 eram populares. 5.237 foram transferidas da fase anterior. Em 26 de agosto de 1987, o relator apresenta o segundo anteprojeto de Constituição que se transformou no Primeiro Substitutivo, com um corte de quase 200 artigos, o qual constava de 374 artigos, dos quais 305 são disposições permanentes e 69, transitórias.

Em 8 de setembro de 1987, a Comissão de Sistematização começa a debater o Primeiro Substitutivo e suas respectivas emendas. Após parecer do Relator, é apresentado, em 19 de setembro de 1987, o Segundo Substitutivo, abrangendo também as emendas populares. O Segundo Substitutivo, não previsto regimentalmente, continha 336 artigos dos quais 264 são disposições permanentes e 72, disposições transitórias. Este trabalho envolvia apreciação de mérito, não apenas a organização técnica da matéria.

Em 24 de setembro de 1987, inicia-se a votação na Comissão de Sistematização, do Anteprojeto, do Primeiro e Segundo Substitutos e das respectivas emendas. Embora prevista para 8 de outubro, somente a 18 de novembro de 1987, se deu o encerramento da votação na Comissão de Sistematização. Foram apreciados 2.612 destaques, num total de 535 votações.

Em 24 de novembro de 1987, houve entrega solene do Projeto de Constituição ao Presidente da ANC, Ulysses Guimarães, o primeiro destinado diretamente ao plenário e por isso denominado Projeto de Constituição-A, com 1.800 dispositivos, entre artigos, parágrafos, incisos e alíneas. Dos 335 artigos, 271 foram disposições permanentes e 64, disposições transitórias. Em 26 de novembro de 1987, teve início a discussão e votação, no Plenário, do projeto da Comissão de Sistematização.

Em 5 de janeiro de 1988, após 66 dias de debates, foi aprovada a reforma regimental proposta pelo grupo suprapartidário denominado “Centrão”, formado por constituintes de direita, de centro e outros aliados ao processo decisório, descontentes com o momento dos trabalhos e com a plataforma de alteração regimental⁶. Tratava-se da resolução nº 3/88, cujas principais alterações visam à aprovação de substitutos inteiros ao Projeto da Comissão de Sistematização.

Em 27 de janeiro de 1988, deu-se início ao processo de votação em plenário em primeiro turno do Projeto “A” da Comissão de Sistematização e das respectivas emendas. Todas as emendas anteriores ficaram prejudicadas, à exceção das de iniciativa dos cidadãos. As primeiras votações definiram o preâmbulo e o Título I. Em 1º de junho de 1988 foi encerrada a votação em 1º turno, da parte permanente da Constituição (votação nº 616). Iniciou-se na mesma data a votação da parte transitória (votação nº 617). Em 30 de junho de 1988 vinha a termo a votação do Ato das Disposições Transitórias e, conseqüentemente, do Projeto de Constituição “A” (votação nº 732). A maior parte do documento final foi definida nessa etapa do processo constituinte e somente mudanças menores ocorreram no 2º turno.

Em 5 de julho de 1988 o Presidente da ANC recebe a nova redação do Projeto de Constituição “B”, estruturado com Preâmbulo, nove títulos e um Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. Eram 322 artigos, dos quais 245 disposições permanentes e 77 disposições transitórias. Abre-se prazo para apresentação de emendas supressivas ou para sanar

⁶ Centrão: Grupo de composição suprapartidária de caráter manifestadamente conservador em conflito com os rumos que a Comissão de Sistematização vinha imprimindo à elaboração do novo texto constitucional, consoante as normas regimentais vigentes. BONAVIDES (2004, p. 464)

omissões, erros ou contradições, ou de redação para a correção de linguagem. Foram apresentadas 1.844 emendas.

Em 21 de julho de 1988, iniciava-se a votação em 2º turno, do Projeto “B”, encerrada em 1º de setembro de 1988 (votação nº 1020). Em 14 de setembro de 1988 é aberto prazo para apresentação de propostas de redação na Comissão de Redação. O texto é o Projeto “C”, constituído de 313 artigos, dos quais 244 eram disposições permanentes e 69, transitórias. Foram apresentadas 833 propostas. Em 22 de setembro de 1988 o Plenário aprova, em turno único, em votação global, a redação final transformada em Constituição. Este texto continha 315 artigos, dos quais 245 eram disposições permanentes e 70, transitórias. A aprovação do Projeto de Constituição completava o final do processo constituinte brasileiro. O Projeto recebeu apenas 15 votos contra, oriundos da bancada do PT, que considerou a Constituição “elitista e conservadora.”

1.2 A Bancada Feminina – grau de instrução e região eleitoral

A ANC contou com a participação de 26 deputadas e nenhuma senadora, representantes de 16 estados da Federação, incluindo o Distrito Federal⁷. Mas como estavam elas distribuídas segundo grau de instrução e região eleitoral?

Tabela 1: Composição da Bancada, por Grau de Instrução e Região Eleitoral

Grau de Instrução	Região Eleitoral					Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
Nível Médio Completo	2 (25%)	-	-	-	-	2 (8%)
Superior Incompleto	1 (12,5%)	-	-	1 (14,3%)	-	2 (8%)
Superior Completo	5 (62,5%)	7 (100%)	3 (100%)	6 (85,7%)	-	21 (84%)
Total	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	-	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações da Base de Dados SILEG- DEP - da Câmara dos Deputados

Conforme Tabela 1, em 1987, 84% das deputadas dispunham de diploma de nível superior, 8% de superior incompleto e nível médio completo.

⁷ Das 26 deputadas, apenas 25 tiveram participação efetiva no processo constituinte. A deputada Bete Mendes licenciou-se do mandato de Deputada Constituinte para exercer o cargo de Secretária da Cultura do Estado de São

No que diz respeito à diversidade dos graus de instrução no interior da bancada por região eleitoral, o Norte possuiu 25% de parlamentares com nível médio completo; 12,5 %, com superior incompleto, e 62,5%, com superior completo. Trata-se do menor índice de escolarização em relação às outras regiões.

O Sudeste contou 14,3% parlamentares com nível superior incompleto e 85,7% com superior completo. Do Nordeste e Centro-Oeste, 100% das deputadas possuíam nível superior⁸.

O perfil acadêmico das deputadas não diverge do estudo de SANTOS (1987, p.70). Em sua pesquisa 87% dos deputados tinham diploma de nível superior. A maior proporção dos eleitos sem diploma universitário foi registrado na Região Norte, (29%).

Da literatura sobre graus de instrução no meio parlamentar, MESSEMBERG (2007, p. 321) avalia que a diversidade dos graus de instrução em determinadas regiões representa maior variedade de categorias sociais, com diferentes níveis de exigência quanto à escolarização de seus representantes. Se há quase que uma obrigatoriedade em se dispor de titulação universitária para vir a ser congressista, isso não significa ausência de espaços para a ascensão daqueles que não se enquadram nessa condição.

Em estudos de escolarização de mulheres parlamentares no pós-constituente, (PINHEIRO, 2007, p. 101) observa que:

Ao longo das legislaturas analisadas há um ligeiro crescimento na proporção de deputadas com ensino superior completo, que passa de 85%, na 48ª legislatura, para 89%, na 51ª, e chega a 93% do total das mulheres em 1995. Esse elevado nível educacional limita bastante as possibilidades de ascensão aos cargos no Parlamento, tendo-se em vista que apenas 10,8% da população brasileira e 11,2% da feminina, com 25 anos ou mais de idade, concluiu um curso superior.

1.3 A Bancada Feminina – formação acadêmica e profissional

A maior presença de deputadas na Assembléia Constituinte, com formação acadêmica, era diplomada em Comunicação (20%), seguida de Direito (16%), Assistência Social (12%), Pedagogia (8%) e Letras (8%), conforme demonstra Tabela 2.

Paulo, de 15 de março de 1987 a 21 de dezembro de 1988, ficando nesse período o Dep. Hélio Rosas. Em: Base de Dados SILEG - Módulo Deputados.

⁸ Na região Centro-Oeste, duas das três representantes declararam ter especialização em ciência política. Na região Sudeste uma deputada declarou três pós-graduações e outra, um PhD na área de ciências.

As deputadas com formação em Comunicação estão concentradas nas regiões Centro-Oeste (66,7%), Norte (25%) e Sudeste (14,3%). Direito, região Nordeste (28,6%), Sudeste (14,3%), e Norte, (12,5%). Assistência Social, região Centro-Oeste (33,3%), Sudeste e Norte (14,3%). Pedagogia, região Sudeste (14,3%) e Norte (12,5%). Letras (14,3%) nas regiões Nordeste e Sudeste.

A região Norte apresenta a maior parcela de deputadas sem formação acadêmica (37,5%). A região Sudeste, 14,3%. Juntas, as duas regiões representam 16% da bancada sem formação universitária. Nesse extrato, uma representante da região Sudeste e outra da região Norte declararam curso superior incompleto⁹.

Tabela 2: Composição da Bancada Feminina por Formação Acadêmica e Região Eleitoral

Formação Acadêmica	Região Eleitoral					Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
Comunicação	2 (25%)	-	2 (66,7%)	1 (14,3%)	-	5 (20%)
Direito	1 (12,5%)	2 (28,6%)	-	1 (14,3%)	-	4 (16%)
Assistência Social	-	1 (14,3%)	1 (33,3%)	1 (14,3%)	-	3 (12%)
Pedagogia	1 (12,5%)	-	-	1 (14,3%)	-	2 (8%)
Letras	-	1 (14,3%)	-	1 (14,3%)	-	2 (8%)
Medicina	-	1 (14,3%)	-	-	-	1 (4%)
Economia	-	1 (14,3%)	-	-	-	1 (4%)
Línguas Neolatinas	-	1 (14,3%)	-	-	-	1 (4%)
Contabilidade	1 (12,5%)	-	-	-	-	1 (4%)
Ciências Biológicas	-	-	-	1 (14,3%)	-	1 (4%)
Sem Formação Acadêmica	3 (37,5%)	-	-	1 (14,3%)	-	4 (16%)
Total	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	-	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

⁹ Antes da análise dos dados é necessário esclarecer que quando declaradas duas formações acadêmicas, optou-se pelo curso superior, em que a ocupação profissional declarada correspondesse a um dos cursos citados, para que não houvesse dupla contagem.

Comparando informações acerca do perfil dos parlamentares constituintes levantados por FLEISCHER, (1987, p. 16), sua pesquisa revela que a formação universitária dos 486 parlamentares pesquisados são bacharéis em direito (243), seguidos de engenharia/arquitetura (62), medicina (49) e economia (42). Esses dados revelam pontos diferenciados na formação acadêmica dos parlamentares constituintes homens e mulheres, exceto, no que diz respeito à formação acadêmica na área de direito, o grupo parlamentar feminino apresenta em sua grande maioria perfis acadêmicos voltados para a área das ciências sociais.

Tabela 3: Composição da Bancada Feminina por Profissão e Região Eleitoral

Profissão	Região Eleitoral					Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
Jornalista	1 (12,5%)	1 (14,3%)	2 (66,7%)	2 (28,6%)	-	6 (24%)
Professora	2 (25%)	1 (14,3%)	-	2 (28,6%)	-	5 (20%)
Advogada	1 (12,5%)	2 (28,6%)	-	1 (14,3%)	-	4 (16%)
Assistente Social	-	1 (14,3%)	1 (33,3%)	1 (14,3%)	-	3 (12%)
Empresária	2 (25%)	-	-	-	-	2 (8%)
Assessora Política	-	-	-	1 (14,3%)	-	1 (4%)
Economista	-	1 (14,3%)	-	-	-	1 (4%)
Funcionária Pública	1 (12,5%)	-	-	-	-	1 (4%)
Médica	-	1 (14,3%)	-	-	-	1 (4%)
Pedagoga	1 (12,5%)	-	-	-	-	1 (4%)
Total	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	-	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

A ocupação profissional da bancada, como demonstra a tabela acima, (24%) das parlamentares eram jornalistas, (20%) professoras, (16%) advogadas e (12%) assistentes sociais e (8%) empresárias¹⁰.

¹⁰ Na coleta dos dados quando declarada mais de uma profissão, procuramos colher evidências sobre qual era a mais importante, cruzando informações entre profissão, atividade profissional e formação acadêmica.

Desagregando os dados por região, o Norte e o Nordeste apresentaram perfil mais diversificado quanto às profissões. Predominaram, no Norte, professoras (25%) e empresárias (25%). No Centro-Oeste há predomínio de jornalistas (66,7%) e no Sudeste de professoras (28,6%) e jornalistas (28,6%)¹¹.

O perfil profissional das deputadas difere significativamente daquele observado dos parlamentares masculinos, formado, mormente, nas Ciências Exatas. Segundo teses sociológicas, tal divisão se perpetua para além da ocupação profissional e reproduz uma divisão sexual do trabalho que, diferentemente da divisão tradicional dos séculos anteriores, mulher no espaço privado e homem no espaço público, se reinventa e encontra novos caminhos para se manifestar¹².

1.4 A Bancada Feminina – a idade

A maior proporção de deputadas da ANC encontrou-se na faixa dos quarenta anos (48%), seguindo a faixa etária de 50 anos (28%), 30 anos (16%) e menos de trinta anos (4%). Por região a maior proporção na faixa etária dos 40 anos, encontrou-se na região Centro-Oeste (100%). A região Nordeste apresenta maior percentual de deputadas na faixa etária de 50 anos. O Sudeste proporcionalmente possuiu mais jovens em sua bancada.

Tabela 4: Composição da Bancada, por Idade e Região Eleitoral¹³

Formação Acadêmica	Região Eleitoral					Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
Menos de 30	-	-	-	1 (14,3%)	-	1 (4%)
30 a 39	1 (12,5%)	2 (28,6%)	-	1 (14,3%)	-	4 (16%)
40 a 49	4 (50%)	1 (14,3%)	3 (100%)	4 (57,1%)	-	12 (48%)
50 a 59	3 (37,5%)	4 (57,1%)	-	-	-	7 (28%)
60 ou Mais	-	-	-	1 (14,3%)	-	1 (4%)
Total	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	-	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações da Base de Dados SILEG- DEP - da Câmara dos Deputados

¹¹ A profissão mais declarada juntamente com outras foi a de professora, embora, em algumas situações possa não ter sido computada como a principal na nossa avaliação, a partir do cruzamento de outros dados. É necessário registrar que a maior parte das deputadas dedicava-se ao magistério, em algum momento de sua vida, antes de entrar na vida política, ou exercer outra profissão.

¹² PINHEIRO, Luana Simões (2007).

¹³ A tabela acima mostra os dados sobre as idades das parlamentares na constituinte por região eleitoral e tem como modelo a tabela presente no trabalho de RODRIGUES (1987, p. 70)

Em estudo similar, RODRIGUES (1987, p. 70) observou que a maior proporção de deputados na Constituinte encontrava-se na faixa etária dos quarenta anos (44%). A Bancada Feminina acompanhou, portanto, a composição global da Constituinte. As mulheres em seu conjunto nesta faixa etária representaram proporcionalmente (48%).

Apenas 3% do universo pesquisado por Rodrigues conseguiram se eleger com menos de trinta anos, a bancada feminina conseguiu de forma similar eleger 4% nessa mesma faixa etária.

A bancada nordestina, no estudo de Rodrigues, é a que, proporcionalmente, tem mais jovens, 6% dos eleitos por essa região tem menos de trinta anos. No extrato da bancada feminina a região Sudeste apresenta proporcionalmente a bancada mais jovem.

1.5 A Bancada Feminina – por partido político, estado e região

As eleições de novembro de 1986 tiveram um significado especial para o eleitorado feminino. Tratava-se do maior contingente até então de mulheres eleitas para o Congresso Nacional. Embora fossem elas apenas 4,9 % dos parlamentares da Assembléia Constituinte representavam 54% da população brasileira¹⁴. PINHEIRO (1987, p. 70) aponta que “o fato de 26 mulheres se elegerem no pleito de 1986 é bastante significativo, não só por terem sido eleitas tantas quanto à soma de eleitas dos anos anteriores da história republicana do país (29, até 1982), mas especialmente por se tratar de eleição para uma Assembléia Constituinte”. Foram eleitas vinte e seis deputadas e nenhuma senadora pelas regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste. O Sul não contou representante mulher nessa Legislatura¹⁵.

¹⁴ Se comparada com a legislatura anterior, de 1983-1987, em que foram eleitas apenas oito deputadas federais, houve um aumento de 3,7% na proporção de deputadas federais.

¹⁵ A região eleitoral citada por RODRIGUES (1987, p. 67) da bancada feminina, inclui a Região Sul. Chegamos ao dado diferente de Rodrigues, utilizando pesquisa em fonte primária (Diário da Assembléia Nacional Constituinte).

Tabela 5: Composição da Bancada, por Estado e Região

Região	UF	Parlamentar	Participação da Região
Norte	Acre	1	30,8%
	Amazonas	3	
	Rondônia	2	
	Amapá	1	
	Roraima	1	
	Total	8	
NORDESTE	Piauí	1	26,9%
	Ceará	1	
	R. G. do Norte	1	
	Paraíba	1	
	Pernambuco	1	
	Bahia	2	
	Total	7	
CENTRO-OESTE	Goiás	1	11,5%
	Distrito Federal	2	
	Total	3	
SUDESTE	Espírito Santo	2	30,8%
	Rio Janeiro	3	
	São Paulo	3	
	Total	8	
Total Geral		26	100,0%

Fonte: DANC de 01/02/1987 p. 1-3

A região Norte elegeu oito parlamentares. No conjunto da bancada, representaram (30,8%), distribuídas em cinco estados:

- Acre – representado pela Deputada Maria Lúcia eleita pelo PMDB com 6.973 votos, segunda votação do partido;¹⁶
- Amazonas - representado pelas Deputadas Eunice Michiles (PFL), com 24.003 votos, a segunda votação do partido, e Sadie Hauache (PFL), com 16.813 votos, a terceira votação do partido, e por Bethe Azize (PSB) com 17.325 votos, única representante do partido.
- Rondônia – representado pelas deputadas Rita Furtado (PFL), com 32.223 votos, a maior votação do estado e Raquel Cândido (PFL), com 12.734 votos, a segunda votação do partido.
- Amapá – representado pela Raquel Capiberibe (PMDB), com 4.798 votos, única eleita pelo partido.
- Roraima – representado pela deputada Marluce Pinto (PTB), com 2.376 votos, a segunda votação do partido¹⁷.

¹⁶ Os dados eleitorais por estado foram retirados do Repertório Biográfico da ANC (1989, p. 845-912), que traz dados fornecidos pelo TSE dos resultados das eleições de 1986.

A região Nordeste elegeu sete deputadas, representando 26,9% da bancada feminina, distribuídas nos estados do Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia. Maranhão, Alagoas, e Sergipe não contaram com parlamentares mulheres.

- Piauí – representado por Myriam Portella (PDS), com 27.490, a segunda maior votação do partido;
- Ceará – representado por Moema São Thiago (PDT), com 83.341 votos, única representante do partido.
- Rio Grande do Norte – representado por Wilma Maia (PDS), eleita com 143.583 votos, obteve a maior votação do estado;
- Paraíba – representado por Lúcia Braga (PDS), com 92.324 votos, a maior votação do partido;
- Pernambuco – representado por Cristina Tavares (PMDB), com 40.618 votos, a quinta votação do partido;
- Bahia – representado por Lídice da Mata (PCdoB), com 36.466 votos, a segunda votação do partido.

A Região Centro-Oeste elegeu três deputadas, representando 11,5% da bancada feminina, distribuídas no estado de Goiás e no Distrito Federal.

- Goiás – representado por Lúcia Vânia (PMDB), com 84.688 votos, a segunda votação do partido.
- Distrito Federal – representado por Márcia Kubitschek (PMDB), eleita com 22.746, a segunda votação do partido, e Maria de Lourdes Abadia (PFL), com 46.016, a segunda votação do partido.

A região Sudeste elegeu oito deputadas representando 30,8% da bancada feminina, distribuídas nos estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo:

- Espírito Santo – representado por Rita Camata (PMDB), com 136.031 votos, a maior votação do Estado, e Rose de Freitas (PMDB), com 36.132 votos, a quinta votação do partido.
- Rio de Janeiro – representado por Sandra Cavalcanti (PFL), com 137.595 votos, a segunda maior votação do Estado, Benedita da Silva (PT), com 27.460 votos, a

¹⁷ Seu marido, o Deputado Ottomar Pinto, foi eleito pelo mesmo partido com 15.906 votos. O estado do Pará foi o único sem representação parlamentar feminina da região Norte.

segunda votação do partido, e Anna Maria Rattes (PMDB), com 54.710 votos, a quinta votação do partido.

▪ São Paulo – representado por Irma Passoni (PT), com 22.166, a sétima votação do partido, Dirce Tutu Quadros (PSC), com 34.228 votos, única representante eleita do partido, e Bete Mendes (PMDB), com 58.019 votos, décima nona votação do partido, mas que não participou dos trabalhos da Constituinte.

A bancada feminina conseguiu assim seu mandato em dezesseis estados da Federação, sendo cinco estados da região Norte, seis estados na região Nordeste, três da região Sudeste e um estado e o Distrito Federal na Região Centro-Oeste.

Tabela 6: Composição da bancada, por região de nascimento¹⁸

REGIÃO	PARTIDOS								TOTAL
	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	PCdo B	PSB	
NORTE	1 (11,1%)	3 (42,9%)	-	-	-	-	-	1 (100%)	5 (20%)
NORDESTE	3 (33,3%)	1 (14,3%)	1 (50%)	-	1 (50%)	-	1 (100%)	-	7 (28%)
CENTRO-OESTE	1 (11,1%)	1 (14,3%)	-	-	-	-	-	-	2 (8%)
SUDESTE	4 (44,4%)	2 (28,6%)	1 (50%)	1 (100%)	1 (50%)	1 (50%)	-	-	10 (40%)
SUL	-	-	-	-	-	1 (50%)	-	-	1 (4%)
TOTAL	9 (100%)	7 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

O maior número de constituintes mulheres eleitas na ANC nasceu na região Sudeste (40%), seguida do Nordeste (28%). Na região Norte, 20%. No Centro-Oeste, 8%. No Sul, 4%. Estabelecendo relação com dados anteriormente apresentados, verifica-se que a bancada da região Norte, numericamente maior em termos de representação, apresenta baixa proporção de deputadas nascidas na região. As representantes da bancada nortista que nasceram em outras regiões foram as deputadas Eunice Michiles (PFL) e Rita Furtado (PFL), que nasceram na região Sudeste, Maria Lúcia (PMDB) e Marluce Pinto (PTB), que nasceram na região Nordeste. De outra forma, a deputada Sandra Cavalcanti (PFL), que fez carreira no Sudeste, tem como região de nascimento a região Norte.

Apesar de a região Sul não ter tido representantes mulheres na constituinte, foi terra natal da deputada Irma Passoni (PT), eleita pela região Sudeste. Na bancada nordestina, duas de

¹⁸ A tabela tem como objetivo principal a análise considerada a região de nascimento das parlamentares. Foi desenvolvida a partir da tabela 5, elaborada por BRAGA (1997, p. 52) e tabela 2 de RODRIGUES (1987, p. 50).

suas integrantes nasceram na região Sudeste, Myriam Portella (PDS) e Moema São Thiago (PDT). A região Centro-Oeste teve uma de suas integrantes a deputada Márcia Kubitschek (PMDB), nascida na região Sudeste.

Na pesquisa realizada por RODRIGUES (1987), os deputados constituintes em sua maioria nasceram na região Sudeste (38%) e Nordeste (35%), o que não difere da bancada feminina que também apresentou o maior número de deputadas constituintes nascidas nessas regiões. Em relação às demais regiões, 15% dos deputados nasceram na região Sul e na bancada feminina apenas 4%.

Em relação às legendas partidárias o PMDB teve elevado número de representantes femininas nascidas em quase todas as regiões – 44% no Sudeste, 33,3% no Nordeste e 11,1% no Norte e Centro-Oeste. O PFL, como segunda agremiação, teve suas representantes nascidas no Norte (42,9%), no Sudeste (28,6%) e no Centro-Oeste (14,3%). As deputadas do PT eram oriundas de nascimento da região Sudeste e Sul¹⁹.

A bancada feminina nasceu em sua maioria nas regiões Sudeste e Nordeste. A região Norte, mesmo com a maior bancada eleita numericamente, é a terceira região com representantes ali nascidos. O PMDB e PFL são as agremiações com penetração em todas as regiões. Os pequenos partidos estiveram concentrados em sua maioria em uma ou duas regiões quanto origem de nascimento.

Tabela 7: Composição da Bancada – Relação região de nascimento, região de eleição²⁰

NASCIMENTO	REGIÃO					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	
Nasceram no estado pelo qual foram eleitas	3 (37,5%)	4 (57,1%)	1 (33,3%)	4 (57,1%)	-	12 (48%)
Não nasceram no Estado pelo qual foram eleitas	5 (62,5%)	3 (42,9%)	2 (66,7%)	3 (42,9%)	-	13 (52%)
TOTAL	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	-	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

Os dados da Tabela 7 demonstram a tendência que as regiões têm de eleger as deputadas nascidas em seu próprio estado de origem. Observa-se que 52% das deputadas não nasceram no

¹⁹ O critério utilizado para construção das tabelas a partir de dados partidários foi a filiação da legenda pelas quais as deputadas foram eleitas. Exceto o PSC, que no início dos trabalhos constituintes, a deputada migrou para o PTB.

²⁰ A tabela foi elaborada a partir da tabela 3 de RODRIGUES (1987, p. 50) e BRAGA (1998, p. 53), tabela 5-A.

Estado pelo qual foram eleitas e 48% nasceram no estado que foram eleitas. Há uma relação de proporcionalidade no dado. Os estados do Nordeste e Sudeste foram os que mais tenderam a eleger deputadas da própria região, ambas as regiões com 57,1%. O Norte com 37,5% e Centro-Oeste com 33,3%. Nessas mesmas duas regiões, seus eleitores tenderam a eleger parlamentares nascidos em outros estados, 66,7% e 62,5%, respectivamente.

Estudo de RODRIGUES (1987) sobre o conjunto dos deputados participantes da Assembléia Constituinte revela que 76% dos deputados nasceram no estado pelo qual foram eleitos, e 24% não foram eleitos pelo estado que nasceram. Observa-se assim proporcionalidade diferente em relação à bancada feminina. Os estados do Nordeste e Sudeste são regiões homogêneas do ponto de vista do local de nascimento de seus representantes e de suas origens sociais, fato semelhante à bancada feminina.

Conclui-se ligeira diferença na proporcionalidade de deputadas eleitas por sua região de nascimento. De maneira geral, as identidades regionais e estaduais são mais acentuadas nas regiões Nordeste e Sudeste, cujo eleitorado tende a eleger deputadas da própria região.

1.6 Filiação Partidária na Instalação e Promulgação da ANC

A Bancada Feminina eleita na 48^o Legislatura encontrava-se representada em nove partidos dos treze que fizeram parte da Assembléia. Elegeram-se 26 deputadas constituintes em 1986. Somente 25 participaram do processo de elaboração constitucional.

Em seu estudo RODRIGUES (1987, p. 25) aponta que, considerando o tamanho das bancadas na Constituinte, havia um partido grande – PMDB; um partido médio – PFL; quatro partidos pequenos – PDS; PDT; PTB e PT; seis micro partidos – PL; PDC; PCdoB; PCB, PSB; PMB.

A Bancada Feminina chegou ao Congresso eleita pelos grandes, médios, pequenos e micro partidos. Como mostra a Tabela 8, o PMDB como grande partido detinha na instalação da ANC a maioria absoluta das deputadas eleitas (38,5%), o PFL, como partido médio e segunda força eleitoral, elegeu (26,9%), das deputadas, os partidos pequenos, PDS e PT, elegeram (7,7%), PDT e PTB elegeram (3,8%), os micro partidos PC do B e PSC (3,8%)²¹. Ao longo do

²¹ Rodrigues não considerou o PSC na classificação por ter elegido uma única constituinte a Dep. Dirce Tutu Quadros, que no início dos trabalhos constituintes se filiou ao PTB.

processo constituinte, essa correlação de forças foi alterada, como demonstram os dados da Tabela 8 na seção de promulgação²².

Tabela 8: Representação Partidária da Bancada na Sessão de Instalação e Promulgação da ANC

SESSÃO DE INSTALAÇÃO			SESSÃO DE PROMULGAÇÃO		
Partidos	Nº de Deputadas	%	Partidos	Nº de Deputadas	%
PMDB	10	38,5%	PSDB	7	28,0%
PFL	7	26,9%	PFL	5	20,0%
PDS	2	7,7%	PMDB	4	16,0%
PT	2	7,7%	PDT	2	8,0%
PTB	1	3,8%	PT	2	8,0%
PDT	1	3,8%	PSB	2	8,0%
PSB	1	3,8%	PDS	1	4,0%
PC do B	1	3,8%	PTB	1	4,0%
PSC	1	3,8%	PC do B	1	4,0%
TOTAL	26	100,0%	TOTAL	25	100,0%

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do DANC 02/02/1987, p. 1-3 e DANC de 05/10/1988, p. 14.375-14.377

Dados de RODRIGUES (1987, p. 17) sobre a composição partidária da Constituinte, aponta o PMDB como partido que conta com a maioria dos eleitos na Constituinte (52,8%). Na bancada feminina o PMDB também foi o partido majoritário (38,5%). O PFL (24,2%) foi, proporcionalmente no cômputo geral e na bancada feminina (26,9%), o segundo maior partido a eleger parlamentares. Os partidos que formavam a situação, PMDB e PFL, dispunham de aproximadamente dois terços do Congresso. Esses dados se repetem proporcionalmente na composição partidária das representantes femininas.

A bancada feminina eleita para o Congresso constituinte, revela que no tocante à proporção de mulheres nos partidos, se observa que há um declínio de representantes femininas à medida que cresce o número de cadeiras de cada partido. O PMDB com 303 constituintes, a bancada feminina representou apenas 3,3% de eleitas no partido. O PFL com 135 parlamentares as mulheres representaram 5,2%. Por outro lado, nos pequenos partidos há uma forte representação feminina. PSB com 2 cadeiras com 50% de representação feminina. PCdoB com 3 cadeiras, as deputadas representaram 33% dessa bancada. O PT com 16 cadeiras as mulheres

²² A distribuição das cadeiras por partido apresentada na tabela tem como base as sessões de instalação e promulgação da Constituinte publicadas no Diário da Assembléia Nacional Constituinte. Utilizou-se a fonte primária como base para sistematização desses dados, uma vez que informações de filiação partidária da bancada feminina quando eventualmente citadas (RODRIGUES, 1987 p. 68) contradizem essas informações.

representaram 12,5%. Verificamos que a presença feminina tende a ser mais elevada, proporcionalmente nos pequenos partidos. Rodrigues (1987) assinala que muitas das mulheres que conseguiram se eleger numa legenda forte, sem uma carreira política prévia, foram de fato eleitas através do apoio que lhes foi prestado por uma figura masculina com prestígio e influência no campo político.

Conforme Tabela 8, na Promulgação a bancada foi composta por 25 deputadas²³ uma a menos na sessão de Instalação da Assembléia. Evidencia-se uma importante migração partidária. Surge um novo partido o PSDB e desaparece o PSC como agremiações partidárias da bancada. O PSDB, agremiação fundada em 25 de julho de 1988, de pronto, torna-se o maior partido da bancada com 7 deputadas. O PMDB, partido majoritário inicialmente com 38 % torna-se a terceira bancada com 16%. O PFL inicialmente com 27% passa para 20%. O PDS com 8% fica com 4%. O PDT faz o caminho inverso passa a ter 8% da bancada quando iniciou com 4%. Os partidos que se mantiveram com a mesma bancada foram os considerados de esquerda PT, PSB e PC do B e um de Centro PTB.

Tabela 9: Composição da Bancada, por Região Eleitoral e Partidos²⁴

Partidos	Região					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	SUL	
PMDB	2 (25%)	2 (28,6%)	2 (66,7%)	3 (42,9%)	-	9 (36%)
PFL	4 (50%)	1 (14,3%)	1 (33,3%)	1 (14,3%)	-	7 (28%)
PDS	-	2 (28,6%)	-	-	-	2 (8%)
PDT	-	1 (14,3%)	-	-	-	1 (4%)
PTB	1 (12,5%)	-	-	1 (14,3%)	-	2 (8%)
PT	-	-	-	2 (28,6%)	-	2 (8%)
PC do B	-	1 (14,3%)	-	-	-	1 (4%)
PSB	1 (12,5%)	-	-	-	-	1 (4%)
TOTAL	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	-	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

²³ A deputada Bete Mendes licenciou-se do mandato de Deputada Constituinte para exercer o cargo de Secretária da Cultura do Estado de São Paulo, de 15 de março de 1987 a 21 de dezembro de 1988, ficando nesse período o Dep. Hélio Rosas. Em: Base de Dados SILEG - Módulo Deputados.

²⁴ Esta tabela foi organizada tendo como modelo a tabela 1-A do estudo de RODRIGUES (1987 p. 26), BRAGA (1998 p.48) e Quadro 1 de David Fleischer (1987:30), publicado no livro Processo Constituinte 1987-1988.

A Tabela 9 mostra a bancada feminina por região eleitoral e siglas partidárias que efetivamente participaram, da maior parte de elaboração dos trabalhos da ANC. O PMDB foi o partido com o maior número de deputadas constituintes, 9 no total, representando 36% do grupo. O segundo maior partido, em termos de deputadas constituintes, foi o PFL, composto por 7 parlamentares, 28% da amostra total.

O PMDB contou com 2 deputadas constituintes por regiões, salvo no Sudeste, com 3 deputadas. A base do PFL situou-se na região Norte, representada por 4 parlamentares, número maior que a soma de todas as deputadas eleitas pelas demais regiões. PMDB e PFL, partidos que formaram a Aliança Democrática e deram sustentação ao governo, foram os partidos com penetração em todas as regiões. PDS e PDT com representação apenas na região Nordeste. PTB contou uma deputada na região Sudeste, outra na Região Norte.

A distribuição dos partidos de veia esquerdista esteve assim concentrada por região: PT no Sudeste (28,6%), PCdoB no Nordeste (14,3%), PSB no Norte (12,5%), PDT no Nordeste (14,3%).

Houve homogeneidade na representação das regiões Norte, Nordeste e Sudeste, com 8, 7, 7 deputadas, respectivamente. O Centro-Oeste apresentou um número inferior com 3 deputadas. O Sul não elegeu nenhuma representante.

1.7 A Bancada Feminina e a movimentação partidária

O total da rotatividade partidária da Bancada Feminina da ANC foi de 12 vezes. A mudança mais significativa da movimentação partidária ocorreu no partido majoritário dentro da bancada, o PMDB, que perdeu três deputadas para o PSDB e duas para o PSB. Tabela 10.

O PFL, como segunda bancada, sofreu perda de duas parlamentares que passaram a fazer parte das bancadas do PSDB e PDT. Uma parlamentar do PDS migrou para o PDT. Uma do PDT para o PSDB. No PSB houve uma migração para o PSDB. A única deputada do PSC migrou inicialmente para o PTB e, posteriormente, para o PSDB.

Os partidos que permaneceram sem mudanças de filiação partidária na bancada foram o PT e PC do B. As agremiações que não receberam nenhuma deputada em seus quadros, com a migração partidária, foram o PMDB, PFL, PDS, PT e PCdoB.

Tabela 10: Movimentação partidária

Partido	Destino									
Origem	PSDB	PSB	PDT	PTB	PMDB	PFL	PDS	PT	PcdoB	Movimentação
PMDB	3	2	-	-	-	-	-	-	-	5
PFL	1	-	1	-	-	-	-	-	-	2
PDS	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
PDT	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PTB	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PT	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSB	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
PC do B	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
PSC	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
TOTAL	7	2	2	1	-	-	-	-	-	12

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do DANC de 01.02.1987 p. 1-3 e 05.10.1988 p. 14.375-14.377 e SILEG- módulo Deputados

A partir de sua criação, em 1988, o PSDB contou com a filiação imediata de 7 deputadas, pertencentes anteriormente a outras siglas partidárias. De pronto, passava esse a ser o partido com a maior quantidade de parlamentares. A migração fortalecia assim o partido que nascia e enfraquecia o PMDB, que deixou de contar com 5 de suas 9 parlamentares. PT e PCdoB não tiveram migração partidária, mantendo-se no processo constituinte conforme se iniciaram.

A maioria das deputadas justificou em pronunciamentos no Plenário da Constituinte as razões que as levaram à mudança de filiação partidária.

Militares, Ministros civis e Governadores transformaram a Assembléia Nacional Constituinte em um balcão de negócios escusos. Tudo isso se faz com o apoio explícito do PMDB, da sua maioria adesista e fisiológica e da Direção Partidária (...) O último grito de alerta Senhor Presidente, veio dos homens e mulheres que construíram esta história de luta.... Parto, pois, com a emoção de quem deixa 14 anos de luta política dentro desta gloriosa sigla. Parto com a emoção de quem participou de algumas das mais belas campanhas da história política deste século: a da anistia, da anticandidatura, tendo à frente o Presidente Ulysses Guimarães e a memorável campanha das diretas já.²⁵

Ocupo esta Tribuna para comunicar à Liderança do PMDB, ao Plenário e à Mesa, que a partir deste instante, não mais integro a bancada do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, por cuja legenda fui candidata e obtive os votos necessários para exercer o mandato de Deputada Federal e Constituinte (...) Eleita, pouco a pouco, dentro e fora da Constituinte, comecei a perceber a enorme distância entre os princípios básicos estabelecidos nos documentos do partido e a sua prática, tanto a nível parlamentar quanto no desempenho das atribuições naturais de quem ocupa o Poder Executivo (...) Falhou o PMDB na execução da tarefa que se impôs perante a Nação e a História.(...) A nossa travessia ficou no meio. Interrompeu-a a tempestade provocada pela chuva do oportunismo e pelos ventos do fisiologismo. O meu PMDB já não existe²⁶.

²⁵ Dep. Cristina Tavares. DANC de 29/03/1988 p. 8851-52.

²⁶ Dep. Anna Maria Rattes. DANC de 24/06/1988 p. 11.575-76

A clareza de princípios e de objetivos na ação política sempre nos pareceu fundamentais. Foi dentro dessa transparência que militamos desde os anos da nossa juventude. Em conseqüência, entendemos que a ação partidária da democracia terá que ser meridianamente clara e resultante da discussão com a parcela da sociedade que a compõe. Esta é a questão principal e única que nos levou à decisão, depois de meses de reflexão em cima de uma prática partidária, no âmbito da Assembléia Nacional Constituinte e na indicação do norte da nossa rota política.(...) É do nosso entendimento que o PMDB cumpriu o seu papel de frente de resistência com bravura e destemor e – nunca é demais dizer – foi a maior força política organizada neste País, ao longo de mais de vinte anos. O instante dessa transição política foi sua geração maior, que traz no seu bojo centenas de outros feitos não menos significativos (...) Dito isto, queremos tornar pública nossa opção pelo Partido Socialista Brasileiro – PSB²⁷.

Trago ao conhecimento da Casa que, a partir deste instante, deixo o PMDB e passo a integrar o Partido Socialista Brasileiro. Tomo esta atitude porque está sendo difícil continuar no PMDB, no instante que o PMDB tem um arco tão largo de pensamento que ficamos sem entender, exatamente, qual é a proposta do Partido²⁸.

Decidi-me pela legenda democrático-trabalhista pelos princípios que prega, fundamentalmente, pela social-democracia expressa em seu programa. Optei pelo PDT por causa de sua efetiva preocupação com a humanização do capitalismo e por ser um partido que até aqui manteve a coerência de oposição clara e inequívoca ao Governo... Creio, também, Sr. Presidente, que essa minha decisão foi uma decisão que atendeu ao princípio da coerência, porque consolidou as minhas posições políticas e as minhas posições ideológicas, que sempre foram marcadas pela independência e pelo não-alinhamento ao Governo²⁹.

Desligar-me do PDT não foi decisão fácil. Dói afastar-se de um partido que é parte importante em nossa vida e foi construído com amor, trabalho e abnegação. Foram nove anos de vida, de lutas. Mas impõe-se, sobretudo, como uma decisão de coerência: os compromissos com as minhas idéias não me permitem fugir à realidade. Rompo com o PDT, não por divergência a nível local ou regional. Deixo o PDT após longo processo de reflexão, convencida de que não mais poderá ser a alternativa democrática para o Brasil³⁰.

Sem mágoas ressentimentos ou queixumes, deixo, no dia de hoje, a legenda histórica do Partido Trabalhista Brasileiro, o PTB. Não posso deixar de consignar a forte impressão do antagonismo existente entre minhas posições progressistas e a claríssima opção conservadora e governista do PTB. Eu, quatroanista, em sintonia com a esmagadora maioria do povo brasileiro; o PTB, cincoanista; eu, parlamentarista, por uma questão de modernidade; o PTB, presidencialista, por uma questão de saudosismo e apego ao passado (....) Acabei formando o pequeno Partido Social Cristão, o PSC... E, não mais que de repente, vi-me como a única Constituinte eleita pelo partido em todo o Brasil... Foi aí, já

²⁷ Dep. Raquel Capiberibe. DANC de 22/03/1988 p. 838

²⁸ Dep. Abigail Feitosa. DANC de 29/01/1988 p. 6665

²⁹ Dep. Wilma Maia. DANC de 29/06/1988. p. 12.191-92

³⁰ Dep. Moema São Thiago. DANC de 21/06/1988. p. 11.442-45

quando exercia meu mandato constituinte que aconteceu o PTB em minha vida. No momento em que o deixo, desejo boa sorte ao partido³¹.

A migração partidária ressurgiu no Brasil mais explicitamente com o processo de transição do regime militar para a democracia. É um fato relacionado a um processo natural de reacomodação das lideranças à própria transição democrática.

A legislação do regime autoritário adotou o bipartidarismo por meio do Ato Institucional nº 2 de 1965. Pressionado politicamente e, sobretudo buscando enfraquecer a oposição, o governo finalmente enviou para o Congresso Nacional a Lei Orgânica dos Partidos Políticos, sancionada no final de 1979. Entre outras medidas, a lei restabelecia o pluripartidarismo. Com o fim do bipartidarismo em 1979, o governo permitiu a criação de novos partidos e reinstalou a possibilidade de organização partidária. Essa abertura política caracterizou-se pela criação de novos partidos, que estimularam as primeiras trocas de legenda. Em 1985, com a aprovação da Emenda Constitucional nº 25 que, entre outras coisas, aboliu o instituto da fidelidade partidária, a mudança de partido passou a ocorrer em larga escala, o que permitiu uma readequação das elites políticas.

A literatura aponta que essa fase inicial das migrações partidárias está ligada à transição democrática e reacomodações dos atores políticos ao retorno do sistema pluripartidário e ajuste institucional. Até então, o sistema político partidário estava marcado pelo seu caráter de exceção e transição com modificações efetivadas na legislação eleitoral e partidária, entre 1979 e a Nova Constituição.

Examinando as razões da migração partidária no período, para RANULFO (2000)³², a mudança e a instabilidade inicial do quadro partidário que emerge do bipartidarismo imposto pela ditadura militar criaram uma cultura favorável a trocas. As reacomodações e o surgimento de novos partidos levaram a um distanciamento entre o sistema partidário eleitoral e o sistema partidário parlamentar. As bancadas que saem das urnas modificam-se no parlamento.

MAINWARING & LIÑAN (1988) apontam duas hipóteses para explicar os motivos para a migração partidária. A primeira é que essa troca advém de conflitos políticos: os parlamentares podem deixar seus partidos motivados por diferenças políticas. A outra

³¹ Dep. Dirce Tutu Quadros. DANC de 22/06/1988. p. 11.475

³² Vários cientistas políticos investigam o fenômeno da troca partidária. Há algumas teses explicativas. Pelo pouco espaço aqui para essa análise teórica, não serão ressaltadas suas respectivas discussões.

possibilidade é a de que alguns políticos estejam inclinados a votar como agentes individuais, independente do partido a que se vinculem. Nesse caso, a troca de um partido pelo outro representaria uma busca de acesso a benefícios pessoais (mais oportunidades de patronagem, melhores cargos nas comissões, etc.).

1.7.1 Migrações partidárias anteriores

Com o objetivo de traçar a “árvore genealógica”³³ para mapear os antecedentes das filiações partidárias das representantes femininas anteriores à ANC, construímos as Tabelas 11 e 12 por região e partidos.

Pelo recorte regional, é possível fazer inferências sobre a mobilidade partidária: 56% da bancada sempre pertenceram ao partido pelo qual se elegeram; 36% estiveram em um partido diferente; 4% pertenceram a dois partidos anteriormente; e 4% fizeram parte de partidos diversos

Tabela 11: Movimentação Partidária da Bancada antes da ANC por Região

REGIÃO	Norte	Nordeste	C. Oeste	Sudeste	Sul	Total
Sempre pertenceram ao partido pelo qual se elegeram	2 (25%)	6 (85,7%)	3 (100%)	3 (42,9%)	-	14 (56%)
Pertenceram a 1 partido diferente antes da ANC	5 (62,5%)	1 (14,3%)	-	3 (42,9%)	-	9 (36%)
Pertenceram a 2 partidos diferentes antes da ANC	1 (12,5%)	-	-	-	-	1 (4%)
Pertenceram a 3 partidos diferentes antes da ANC	-	-	-	1 (14,3%)	-	1 (4%)
Total	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	-	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

Em relação à região Norte, 25% pertenceram ao mesmo partido, 62,5% pertenceram a um partido diferente e 12,5% a dois partidos diferentes. No Nordeste 85,7% sempre pertenceram ao partido pelo qual se elegeram e 14,3% a outro partido. Em relação ao Centro-Oeste, 100% nunca mudaram de partido. No Sudeste 42,9% nunca mudaram de partido, 42,9% estiveram em um partido diferente e 14,3% pertenceram a três partidos diferentes.

³³ Termo utilizado por FLEISCHER (1998) para mapear os antecedentes das filiações partidárias anteriores à ANC

As deputadas da região Centro-Oeste apresentaram um quadro partidário 100% sem alterações, enquanto as regiões Norte e Sudeste apresentaram maior diversidade quanto às filiações no interior da bancada.

No tocante ao recorte partidário, conforme Tabela 12, 100% das deputadas do PMDB sempre pertenceram ao partido; 28,6% das deputadas do PFL sempre pertenceram ao mesmo partido; 42,9% pertenceram a um partido diferente 14,3% pertenceram a dois partidos e 14,3% pertenceram a três partidos. Mais: 100% das deputadas do PDS sempre pertenceram ao partido; 100% das deputadas do PT e do PTB pertenceram a um partido diferente; 100% das deputadas do PDT sempre pertenceram ao partido; 100% das deputadas do PSB e do PCdoB pertenceram a um partido diferente.

Tabela 12: Mobilidade Partidária da Bancada antes da ANC por Partido

Partido	PMDB	PFL	PDS	PT	PTB	PDT	PSB	PCdoB	TOTAL
Sempre pertenceram ao partido pelo qual se elegeram	9 (100%)	2 (28,6%)	2 (100%)	-	-	1 (100%)	-	-	14 (56%)
Pertenceram a 1 partido diferente antes da ANC	-	3 (42,9%)	-	2 (100%)	2 (100%)	-	1 (100%)	1 (100%)	9 (36%)
Pertenceram a 2 partidos diferentes antes da ANC	-	1 (14,3%)	-	-	-	-	-	-	1 (4%)
Pertenceram a 3 partidos diferentes antes da ANC	-	1 (14,3%)	-	-	-	-	-	-	1 (4%)
Total	9 (100%)	7 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações da Base de Dados SILEG – Módulo Deputados da Câmara dos Deputados

David Fleischer (1998, p. 31), em análise dos antecedentes de filiação partidária na Constituinte, concluiu que: “nada menos que 217 dos 298 constituintes parlamentares do PMDB da Constituinte pertenceram ao partido de sustentação do regime militar a ARENA. E que apenas 137 constituintes do PMDB em 1987 eram do MDB em 1979 e do PMDB em 1983 – ou seja, os mais autênticos”. Para o autor uma bancada menos confiável em termos de votação. Esse dado de David Fleischer leva a concluir que a bancada feminina, que sempre esteve 100% no MDB/PMDB, era entendida como autêntica.

De acordo com o autor, o PFL apresenta maior coerência nessa dimensão. Sua bancada pertenceu anteriormente à Arena e PDS. Uma bancada mais confiável. Nesta análise as

parlamentares do PFL que estiveram em outros partidos antes da ANC vieram igualmente da Arena e PDS, exceto uma deputada que veio do PMDB.

1.8 A Bancada Feminina e o seu perfil

A bancada feminina da ANC possui um perfil: o superior completo como grau de instrução; as ciências humanas como formação acadêmica; o jornalismo, o magistério, a advocacia e a assistência social como profissões; os 40 anos como idade e o PMDB e o PFL como suas principais agremiações políticas.

A maioria das parlamentares (84%) dispunha de diploma de nível superior e (8%) com superior incompleto e nível médio. As regiões Nordeste e Centro-Oeste registraram a maior proporção de constituintes femininas com instrução universitária (100%). O Sudeste com (85,7%) e o Norte com (62,5%). No extrato regional o Norte apresentou deputadas com menor nível de escolaridade.

A formação acadêmica da bancada baseava-se nos cursos de Comunicação (20%), Direito (16%), Assistência Social (12%), Pedagogia (8%) e Letras (8%). (16%) das parlamentares sem formação acadêmica.

A ocupação profissional das parlamentares era de jornalistas (24%), professoras (20%), advogadas (16%) e assistentes sociais (12%) e empresárias (8%).

A idade média da bancada feminina situa-se na faixa etária dos 40 anos (48%), havendo uma segunda proporcionalidade de (28%) na faixa de 50 anos. A bancada mais jovem com menos de 30 anos representa (4%) e a mais velha com mais de 60 anos (4%). A idade representativa demonstra indivíduos com oportunidade de maior experiência.

A bancada feminina conseguiu seu mandato em dezesseis estados da Federação em quatro regiões, sendo cinco estados da região Norte, seis estados na região Nordeste, três da região Sudeste e um estado e o Distrito Federal na Região Centro-Oeste. O Sul não elegeu parlamentares mulheres.

As eleitas foram 26 deputadas, porém, as participantes do processo de elaboração da Constituição foram 25.

As deputadas (48%) nasceram no estado pelo qual foram eleitas, (52%) tem estado de nascimento diferente do estado pelo qual se elegeram. As regiões Norte e Centro-Oeste com maior proporção de deputadas com origem diferente da região eleitoral.

O PMDB foi o partido que mais contou com representação feminina em sua bancada, 36% das parlamentares da ANC pertenciam a esta agremiação. O PFL foi o segundo, com 28% - PDS, PTB e PT com (8%), e PDT, PCdoB e PSB com (4%). PMDB e PFL foram os únicos partidos com representação feminina em todas as regiões.

No decorrer do processo constituinte ocorreram doze migrações partidárias na bancada feminina. Essa movimentação deu-se tanto nos partidos de centro, (PMDB) direita (PFL, PDS e PTB), esquerda (PSB). Os partidos não migrantes foram PT e PCdoB (esquerda). O partido que recebeu mais filiações e adesão foi o recém-nascido PSDB, ao qual se filiaram sete parlamentares.

O recorte partidário mostra que no PMDB, PDS e PDT, 100% de suas representantes sempre pertenceram ao partido pelo qual se elegeram na ANC.

Capítulo II

A trajetória política da Bancada Feminina

Este capítulo apresenta a trajetória política das parlamentares da Assembléia Nacional Constituinte. Aqui são identificados seus cargos eletivos, ocupação de cargos públicos, atividades associativas, sindicais e de classe, capital político familiar. Os dados apresentados são intercalados com outros levantamentos e considerações feitos por estudos relativos à Constituinte de 1987. O objetivo é chamar atenção para a experiência política da bancada feminina.

2.1 A Bancada Feminina por cargos eletivos

O processo de renovação do Congresso Constituinte ocorreu praticamente em todas as bancadas dos Estados. Na bancada feminina também ocorreu esse processo. A partir dos dados da Tabela 13, compreende-se o grau de experiência ou renovação das parlamentares mulheres na Câmara Federal.

Tabela 13: Composição da Bancada por Cargos Eletivos na Câmara Federal³⁴

CARGOS ELETIVOS	REGIÃO					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	
1ª CARGO	6 (75%)	6 (85,7%)	3 (100%)	6 (85,7%)	-	21 (84%)
2ª CARGO	2 (25%)	-	-	1 (14,3%)	-	3 (12%)
3ª CARGO	-	1 (14,3%)	-	-	-	1 (4%)
TOTAL	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	-	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

A bancada feminina na Constituinte era composta principalmente por parlamentares de primeiro exercício, (84%) das representantes mulheres exerciam pela primeira vez um cargo eletivo na Câmara Federal, (12%) cumpriam o segundo cargo eletivo e (4%), o terceiro.

Num comparativo por regiões, tem-se o Centro-Oeste com maior número de deputadas na primeira legislatura (100%), seguido das regiões Nordeste e Sudeste com (85,7%) igualmente. As integrantes da bancada do Norte apresentaram um grau maior de experiência, com 25% no

³⁴ Esta tabela é baseada no quadro 6-A de RODRIGUES (1987, p. 55).

segundo cargo eletivo na esfera federal, seguidas do Sudeste, com 14,3%. O Nordeste foi a única região a apresentar deputada no terceiro mandato, representando 14,3% de sua bancada.

Todas as regiões contaram com deputadas de curta vivência parlamentar no âmbito federal. Cabe observar que esses dados igualmente indicam alta taxa de renovação da representação política feminina e fator importante de arejamento político.

As deputadas eleitas em Legislaturas anteriores foram Cristina Tavares (PMDB) do estado de Pernambuco, que teve seu primeiro cargo eletivo na legislatura (1979-83) e (1983-87), sendo a única parlamentar no terceiro mandato; Irma Passoni (PT), eleita por São Paulo em (1983-87); Maria Lúcia (PMDB)³⁵, representante do Acre em (1967-69); Dep. Rita Furtado (PFL), eleita por Rondônia em 1982.

O número de deputadas da legislatura da Assembléia Constituinte aumentou (3,7%) em relação à legislatura anterior de 1983-1987, ou seja passou de oito parlamentares para vinte e seis no Congresso Constituinte.

Conclui-se que todas as regiões contaram igualmente com alto grau de renovação. As regiões Norte, Nordeste e Sudeste, com algumas parlamentares de experiência prévia na Câmara Federal. O Nordeste, com a parlamentar mais experiente no terceiro mandato. O Norte, com duas deputadas na segunda legislatura. O Sudeste, com uma deputada no segundo cargo eletivo. O Centro-Oeste, com (100%) de ausência de prática legislativa prévia de sua bancada.

Tabela 14: Composição da Bancada, por Outros Cargos Eletivos

CARGOS ELETIVOS	REGIÃO					TOTAL
	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	SUL	
Vereador	2 (22,2%)	1 (14,3%)	-	1 (12,5%)	-	4 (14,8%)
Prefeito/vice	1 (11,1%)	-	-	-	-	1 (3,7%)
Deputada Estadual	2 (22,2%)	1 (14,3%)	-	3 (37,5%)	-	6 (22,2%)
Nenhum Cargo	4 (44,4%)	5 (71,4%)	3 (100%)	4 (50%)	-	16 (59,3%)
TOTAL	9 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	8 (100%)	-	27 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

³⁵ A dep. Maria Lúcia teve seu mandato cassado e os direitos políticos suspensos por dez anos na legislatura iniciada em 1967, em face do disposto no art. 4 do Ato Institucional nº 5, de 13/12/1968, expedido por Decreto de 30/09/1979, publicado no D.O de 01/10/1969, p. 8271-72.

A Tabela 14 é um desdobramento da anterior. Nela apresentam-se outras funções eletivas exercidas pelas representantes constituintes, tanto no Legislativo como no Executivo, diferente da esfera federal. Foram reunidos dados para os cargos eletivos do Executivo e Legislativo em razão do baixo índice de representantes mulheres nesses cargos, especialmente no Executivo³⁶.

Boa parte das deputadas constituintes não havia exercido outros cargos eletivos nos vários níveis em que se organiza a representação política. Relacionando esses dados com os da tabela anterior, verifica-se que 84% das parlamentares estavam no primeiro mandato como deputada federal. 59,3% não tinham experiência nos vários níveis de representação no Legislativo e Executivo. O cargo de deputada estadual teve a maior frequência de exercício parlamentar das constituintes (22,2%), seguido do mandato em Câmaras de Vereadores (14,8%) e apenas do cargo eletivo no Executivo como Prefeito/Vice (3,7%).

A região que apresentou maior diversidade de exercício de cargo eletivo foi Norte, em que deputadas apresentavam experiência como vereadora, prefeita/Vice, deputada estadual. A maior experiência desse grupo parlamentar está nos mandatos como vereadora (22,2%) e deputada estadual (22,2%). É também a única região com deputada com experiência em cargo eletivo no Poder Executivo (11,1%). Apresenta, ainda, o menor percentual de deputadas sem experiência em cargos eletivos (44,4%).

O Sudeste teve proporcionalmente 37,5% de suas representantes como deputadas estaduais, 12,5% como vereadoras e 50% sem representação eletiva prévia.

A região Nordeste contou em sua bancada com 14,3% de deputadas estaduais e vereadoras e com 71,4% de parlamentares sem exercício prévio.

No Centro-Oeste nenhuma parlamentar de sua bancada exerceu cargo eletivo prévio no Legislativo e Executivo.

Infere-se assim que as deputadas constituintes não seguiram progressivamente na carreira política, iniciando sua vida política como vereadoras, passando a deputadas estaduais/distritais e, finalmente, eleitas deputadas federais.

³⁶ Para um melhor entendimento dos dados cabe esclarecer que quando uma parlamentar exerceu mais de um dos cargos discriminados na tabela, como exemplo, vereadora, prefeita e/ou deputada estadual, o cargo eletivo foi computado nas diversas situações.

As parlamentares que exerceram outros cargos eletivos que não o de deputada federal antes de participarem da Assembléia Constituinte foram Beth Azize (PSB), que exerceu o mandato de vereadora em Manaus (AM) e posteriormente deputada estadual; Raquel Cândido (PFL), vereadora de Porto Velho (RO) no período 1983-87; Raquel Capiberibe (PMDB), prefeita interina de Macapá e Vice-prefeita; Lídice da Mata (PCdoB), vereadora por Salvador (BA) em 1983; Irma Passoni (PT), deputada estadual por São Paulo em 1979-83; Rose de Freitas (PMDB), deputada estadual pelo Espírito Santo em 1983-1987; e Sandra Cavalcanti (PFL) do Rio de Janeiro, talvez a mais experiente do ponto de vista formal na política, foi vereadora (1954-68) e deputada estadual por duas vezes.

AVELAR (1989, p. 36) analisa a participação da mulher na elite política e aponta que “diversos estudos têm evidenciado que, mesmo em sociedades onde o desenvolvimento da cidadania se realizou de modo mais efetivo, a participação das mulheres na autoridade política é estatisticamente pouco expressiva. Daí a necessidade de se desvendar por que os papéis políticos continuam a ser privilégio quase absoluto dos homens”.

Conclui-se que, em termos regionais, a bancada feminina do Norte e Sudeste apresentou maior número de parlamentares com experiência em outros níveis de representação diferente do âmbito federal. O Centro-Oeste contou com uma bancada ausente de prática legislativa prévia. A bancada feminina, em sua maioria, não cumpriu mandatos anteriores em Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas estaduais e Prefeituras. Há convergência de deputadas com menor experiência política na formação da bancada. Sua trajetória política não foi construída essencialmente na representação política, portanto.

2.2 A Bancada Feminina por cargos públicos

Mapear a ocupação de cargos públicos das deputadas constituintes das diversas regiões é indicador importante na definição do perfil parlamentar, pois caracterizam outras nuances de ascensão política³⁷.

³⁷ É necessário esclarecer que cargo público, aqui denominado, não trata de ocupação em razão de carreira administrativa, mas, de cargos ocupados por razões políticas, cargos de confiança. Na metodologia de cômputo de dados, quando as deputadas ocuparam mais de um cargo público, optou-se na contagem pelo cargo ou esfera mais importante, eliminando as duplas contagens. Algumas representantes femininas que, por exemplo, foram Secretárias Municipal e Estadual, foram aqui apenas classificadas como Secretária Estadual.

A carreira política no Brasil combina experiência nos dois poderes, Legislativo e Executivo. A ocupação de cargos confere muitas vezes visibilidade social ao seu ocupante e oportunidade de apoios necessários à busca de um posto legislativo. Segundo MESSEMBERG (2007, p. 328), “a visibilidade que um cargo de destaque na hierarquia do serviço público propicia ao seu ocupante, aliada aos recursos de poder inerentes a essas posições, faz com que a participação direta nos altos escalões da burocracia do Estado – em quaisquer de suas esferas -, se apresente como um dos mais tradicionais e eficientes mecanismos empregados na política brasileira para a consecução de mandatos parlamentares.”

Tabela 15: Composição da Bancada por ocupação de Cargos Públicos e Região Eleitoral

Cargos Públicos	Região					Total
	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	
Secretária Municipal	1 (12,5%)	-	-	1 (14,3%)	-	2 (8%)
Secretária Estadual/Distrital	1 (12,5%)	-	1 (33,3%)	-	-	2 (8%)
Presidente/Diretora/Superintendente/ Empresa pública	1 (12,5%)	-	1 (33,3%)	2 (28,6%)	-	4 (16%)
Presidente de fundações públicas	1 (12,5%)	1 (14,3%)	-	-	-	2 (8%)
Assessora/coordenadora em Secretarias	-	1 (14,3%)	-	-	-	1 (4%)
Não ocupou cargo Público	4 (50%)	5 (71,4%)	1 (33,3%)	4 (57,1%)	-	14 (56%)
Total	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	-	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

Na Tabela 15, os cargos localizados no topo da administração pública (Ministros, Secretários de governo, etc.) não integram as funções listadas, em razão da não ocupação desses cargos pelas deputadas constituintes. Os cargos discriminados são Secretarias, Empresas, Fundações públicas, e superintendência, vinculados ao poder estadual/local, ou federais com representações nos estados ou exterior.

Verifica-se que 56% das representantes constituintes não ocuparam cargo na burocracia municipal, estadual e federal. Sobre a ocupação de cargos executivos das parlamentares constituintes, 16% estão na categoria de presidente, diretora de empresa pública e superintendente; 8% como Secretária Municipal, Estadual e Distrital; e 4% como assessora.

As representantes da região Nordeste apresentam o maior percentual de deputadas que não ocuparam cargos governamentais (71,4%). Um percentual elevado também foi percebido no Sudeste (57,1%) e no Norte (50%)³⁸. O Centro-Oeste apresentou menos percentual (33,3%).

As parlamentares constituintes que ocuparam cargos políticos na região Norte foram as deputadas Eunice Michiles (PFL), Secretária de Estado de Trabalho e Serviço Social do Amazonas em 1978; Maria Lúcia (PMDB), que ocupou a função de Presidente da Legião De Assistência – LBA em 1963 e Presidente da Fundação do Bem-Estar Social em Rio Branco; Raquel Capiberibe (PMDB), Secretária Municipal de Educação em Macapá em 1963; e Rita Furtado (PFL), Superintendente das Emissoras de Rádio da Amazônia, da Radiobrás.

Na região Nordeste a deputada Lúcia Braga (PFL) foi presidente da Fundação Social do Trabalho – FUNSAT de 1982 a 1986 e a deputada Wilma Maia (PDS), assessora da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Natal em 1976.

No Centro-Oeste, Maria de Lourdes Abadia (PFL) foi Secretária do Serviço Social do Distrito Federal de 1972-1975; Administradora da Ceilândia, Secretária de Governo do Distrito Federal em 1975-85 e Diretora Executiva da Fundação do Serviço Social de 1985 a 1986. Márcia Kubitschek (PMDB) chefiou o Escritório da Empresa Brasileira de Turismo – Embratur em Nova York de 1985 a 1986.

No Sudeste, a deputada Anna Maria Rattes (PMDB) foi Secretária Municipal de Apoio Comunitário em Petrópolis (RJ) em 1984-86; Rose de Freitas (PMDB), Assessora da Presidência da República e diretora Administrativa financeira da Embratur; e Sandra Cavalcanti (PFL), Secretária de Serviços Sociais do Estado da Guanabara em 1962-64 e Presidente do Banco Nacional de Habitação – BNH de 1964 a 1965.

Observa-se que os cargos ocupados nas Secretarias, Fundações e Empresas Públicas estão associados à área social, educação e turismo, socialmente construídas como femininas e relacionadas às demandas dessa população.

Conclui-se que a bancada feminina não caracterizou sua trajetória de ascensão política em cargos nos escalões da administração pública. 56% do grupo parlamentar não experimentou funções na burocracia municipal, estadual ou federal.

³⁸ A região Norte com mais representantes que conquistaram cargos na burocracia estatal considerada sua diversidade.

2.3 A Bancada Feminina por atividades associativas, sindicais e de classe

A importância de mapear o capital político das deputadas vinculadas à participação voluntária nas entidades e organizações da sociedade civil organizada é colocada por MARENCO (2007, p. 97):

A mobilização de recursos associativos representa um tipo de capital social que pode ser encontrado nas trajetórias de acesso ao poder político de dirigentes e representantes partidários. Isso pode ser entendido como um mecanismo de estabelecimento de redes sociais e organizações de representação coletiva ligada a interesses e questões sociais. A distribuição e a presença desse tipo de capital mudam conforme os diferentes padrões de carreiras parlamentares.

Tabela 16: Composição da Bancada, por atividades associativas, sindicais e de classe por Região³⁹

<i>Atividades</i>	REGIÃO				TOTAL
	NORTE	NORDESTE	CENTRO OESTE	SUDESTE	
Entidades de Classe/sindicatos	1 (12,5%)	-	-	-	1 (4%)
Associações em geral	1 (12,5%)	2 (28,6%)	1 (33,3%)	1 (14,3%)	5 (20%)
Movimentos sociais/estudantis	2 (25%)	1 (14,3%)	1 (33,3%)	2 (28,6%)	6 (24%)
Nenhum	4 (50%)	4 (57,1%)	1 (33,3%)	4 (57,1%)	13 (52%)
TOTAL	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

Pela Tabela acima, verifica-se que 52% das parlamentares não participaram de qualquer tipo de associação coletiva. Na categoria em que tiveram participação, observa-se ligação aos movimentos sociais e estudantis (24%) e a associações em geral (20%). Uma pequena porcentagem fez parte de entidades de classe (4%).

³⁹ As atividades sindicais, representativas de classe e associativas, fazem parte dos dados biográficos dos deputados, que são fornecidos pelos próprios, e constam na base de dados SILEG-DEP. Não emitimos juízo de valor sobre importância ou não da entidade e se caracteriza como tal.

Analisando os dados por região, percebe-se que a bancada da região Norte apresenta grupo associado a diversos tipos de atividades coletivas com 12,5% participantes de entidades de classe/sindicatos, 12% de associações em geral e 25% de movimentos sociais/estudantis.

As regiões Nordeste e Sudeste apresentaram maior proporção de deputadas (57,1%) com nenhuma participação em movimentos associativos.

A pequena participação das parlamentares constituintes nos canais corporativos de poder, nas organizações e movimentos sociais reflete sua pouca vivência coletiva. AVELAR (2001, p. 124) analisa pesquisa feita pelo IBGE, em 1997, sobre associativismo, em que “no total da população de 18 anos e mais de idade, os homens se filiam mais a sindicatos do que as mulheres, em uma proporção de 20% entre homens e 10% entre as mulheres, e dividem-se em proporções iguais entre órgãos de classe (3%) e órgãos comunitários (11%).”

As deputadas que declararam participação em entidades, associações e movimentos sociais, foram aqui classificadas da seguinte forma:

- Entidades de classe/sindicatos: Dep. Beth Azize (PSB), Vice-Presidente do Clube dos Advogados do Brasil, Seção do Estado do Amazonas e Presidente do Clube dos Repórteres Políticos, (AM).
- Associações em Geral: Dep. Abgail Feitosa (PMDB), Vice-presidente da Associação Baiana de Medicina de 1980 a 1982 e Coordenadora-Geral do Movimento de Unidade Popular – MUP em 1985; Lúcia Vânia (PMDB), Presidente da Organização das Voluntárias de Goiânia de 1974 a 1978; Raquel Capiberibe (PMDB), Secretária da Associação dos professores de Macapá (AP); Myriam Portella (PDS), Presidente da Federação das Bandeirantes do Brasil em Teresina (PI); Benedita da Silva (PT), Presidente da Associação de Moradores da Favela Chapéu Mangueira e fundadora e presidente do Departamento Feminino da Federação das Associações de Favelas do Estado do Rio de Janeiro;
- Movimentos sociais/estudantis: Irma Passoni (PT), ligada às Comunidades Eclesiais de Base, declarou-se com vínculos aos movimentos populares por vinte anos; Rose de Freitas (PMDB), membro da Confederação dos Movimentos Comunitários; Eunice Michiles (PFL), presidente do Movimento da Mulher Democrática Social-MMDS; Maria de Lourdes (PFL), Vice-presidente da União dos Estudantes de Brasília, DF em 1966-1968; Raquel Cândido (PFL) declarou-se militante estudantil e apoiou os

Sem-Terra e Garimpeiros; Lídice da Mata (PCdoB), presidente do Diretório Central de Estudantes da Universidade Federal da Bahia.

Conclui-se que a bancada feminina em sua trajetória política registra vínculos associativos e participação em movimentos sociais, porém, 52% da bancada não possuiu tais vínculos.

Tabela 17: Composição da Bancada, por atividades associativas, sindicais e de classe por Partido

<i>Atividade</i>	PARTIDOS								TOTAL
	PMDB	PFL	PDS	PTB	PDT	PT	PSB	PCdo B	
Entidades de Classe/sindicatos	-	-	-	-	-	-	1 (100%)	-	1 (4%)
Associações em geral	3 (33,3%)	-	1 (50%)	-	-	1 (50%)	-	-	5 (20%)
Movimentos sociais/estudantis	1 (11,1%)	3 (42,9%)	-	-	-	1 (50%)	-	1 (100%)	6 (24%)
Nenhum	5 (55,6%)	4 (57,1%)	1 (50%)	2 (100%)	1 (100%)	-	-	-	13 (52%)
TOTAL	9 (100%)	7 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

No comparativo por partidos na Tabela acima, observa-se que a bancada do PMDB 55,6% não haviam ocupado nenhum dos cargos considerados, 33,3% concentraram-se nas associações em geral e 11% estiveram ligadas aos movimentos sociais e estudantis. O PFL contava com 42,9% das representantes com envolvimento nos movimentos sociais/estudantis e 57,1% das parlamentares nunca estiveram ligadas às atividades consideradas. PTB e PDT com ausência de experiência nessas atividades. Os partidos revelam um número muito reduzido em seus quadros de deputadas vinculadas a movimentos e associações formalmente organizadas.

As bancadas dos partidos de esquerda como PT, PSB e PCdoB apresentaram 100% de participação em algum tipo de associação coletiva prévia ao mandato na ANC. Pode-se inferir que esses partidos utilizaram essa participação política e social para recrutamento de candidatas na política formal. É inegável que poucas representantes constituintes ascenderam a essa arena política pela via dos movimentos sociais.

2.4 A Bancada Feminina segundo capital político familiar

Uma das vias de acesso das mulheres no espaço político formal é o capital político familiar, utilizado por parlamentares para desenho de sua trajetória política⁴⁰.

Tabela 18: Composição da Bancada, por Capital Político Familiar e Região

<i>Capital Político e Familiar</i>	REGIÃO				TOTAL
	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	
Deputadas com Capital Político Familiar	5 (62,5%)	4 (57,1%)	2 (66,7%)	3 (42,9%)	14 (56%)
Deputadas sem Capital Político Familiar	3 (37,5%)	3 (42,9%)	1 (33,3%)	4 (57,1%)	11 (44%)
TOTAL	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

As informações da Tabela acima revelam que 56% das representantes femininas na Constituinte possuíam grau de parentesco com pessoas de prestígio político e 44% não estavam vinculadas a esse capital político.

Por região, verifica-se a correlação das parlamentares com a herança político familiar. Destacam-se as regiões Centro-Oeste, com 66,7% de suas deputadas com tal vínculo, e Norte, com 62,5%. A região Nordeste com 57,1% e Sudeste com 42,9%, esta com o menor percentual.

Parlamentares eleitos em virtude da posição política de familiares costumam herdar uma rede de vínculos, compromissos, lealdades e podem dispor de uma máquina administrativa, recursos financeiros, canais de propaganda e base eleitoral já formada. Na bancada feminina algumas, que não tinham qualquer participação política anterior ou não possuíam experiência de militância partidária ou movimentos sociais, foram beneficiárias do prestígio dos maridos, pais, irmãos ou tios.

Roraima, Goiás, Paraíba, Amazonas, Acre, Piauí, Rio Grande do Norte, Rio de Janeiro, Espírito Santo elegeram ex-primeiras damas, cujas candidaturas se apoiaram no prestígio do cônjuge. Uma das razões para o êxito das candidaturas consiste em que as mulheres desempenharam cargos de importância durante a gestão do esposo, principalmente na área

assistencialista, trabalho que sempre traz popularidade para a primeira dama do estado (TABAK,1989).

A utilização desse capital político não é exclusividade das mulheres, sendo amplamente verificada também entre os deputados homens. No entanto ela se faz ainda mais importante para a parcela feminina da população, constituindo-se muitas vezes em seu primeiro contato com o mundo político e transformando-se em estímulo para o seu envolvimento (PINHEIRO, 2007).

O fato de existir o capital político familiar não desmerece o mandato parlamentar. A luta da bancada feminina por prestígio político sem ajuda familiar, foi tema de reportagens nos principais jornais no período de elaboração da Constituição⁴¹. As deputadas, com esse capital, concordaram que conseguiram uma legenda pelo prestígio dos maridos, mas chegaram ao Congresso após realização de trabalhos sociais junto à comunidade. Declararam preconceitos e muita luta individual para reconhecimento.

Tabela 19: Composição da bancada, por Capital Político Familiar por partido

	PARTIDOS								
<i>Capital Político Familiar</i>	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	PCdo B	PSB	TOTAL
Deputadas com Capital Político Familiar	6 (66,7%)	3 (42,9%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	-	-	-	14 (56%)
Deputadas sem Capital Político Familiar	3 (33,3%)	4 (57,1%)	-	-	-	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	11 (44%)
TOTAL	9 (100%)	7 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações do SILEG-DEP da Câmara dos Deputados

Num comparativo por filiação partidária, a Tabela acima demonstra que os grandes partidos, PMDB e PFL, apresentaram grande proporcionalidade de deputadas ligadas a grupos políticos familiares, com 66,7% e 42% respectivamente. Os partidos de esquerda, PT, PCdoB e PSB, com 100% de sua bancada sem esse vínculo.

Constam das deputadas do PMDB com capital político familiar Lúcia Vânia (GO), esposa do Senador Irapuan Costa Júnior; Márcia Kubitschek (DF), filha do ex-presidente Juscelino Kubitschek; Rita Camata (ES), esposa do senador e ex-governador Gerson Camata; Maria Lúcia (AC), viúva do primeiro governador do Acre, Augusto Araújo; Anna Maria Rattes

⁴⁰ Capital político familiar ou capital político delegado, como aponta a literatura. Para entender conceito ver Bourdieu, Pierre. O poder simbólico. 2003. Para análise ver PINHEIRO, Luana. Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília, 2007.

(RJ), esposa de Paulo Rattes, Prefeito municipal de Petrópolis e também Deputado Federal; Raquel Capiberibe (AP), irmã de João Alberto Capiberibe, Secretário de Agricultura do Amapá e prefeito de Macapá.

Do PFL mencionam-se Lúcia Braga (PB), esposa do ex-governador Wilson Braga; Eunice Michiles (AM), esposa de Darcy Michiles, deputado estadual pelo PTB; Rita Furtado (RO), esposa do secretário-geral do Ministério das Comunicações durante o governo José Sarney.

Do PDS citam-se Myriam Portella (PI), esposa do ex-governador Lucídio Portella, e Wilma Maia (RN), casada com o Senador Lavoisier Maia. Do PTB, Marluce Pinto (RR), esposa do Dep. Ottomar Pinto, e Dirce Tutu Quadros (SP), filha do ex-presidente e ex-prefeito Jânio Quadros. Do PDT, Moema São Thiago (CE), sobrinha de Flávio Marcílio deputado federal e ex-presidente da Câmara dos Deputados.

As relações familiares, como um canal que favorece a ascensão política de grande parte dos parlamentares homens e mulheres, foi variável importante para a bancada feminina ocupar o espaço formal da política na Assembléia Constituinte.

2.5 A Bancada Feminina por autodefinição política

A partir do pesquisa feita por RODRIGUES (1987) sobre autoposicionamento político – direita radical; direita moderada ou centro-direita; centro; esquerda moderada ou centro-esquerda e esquerda radical – procedeu-se ao comparativo com a bancada feminina.

Tabela 20 : Composição da bancada, por autodefinição política e partido

<i>Auto-Definição Política</i>	PARTIDOS								TOTAL
	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	PCdoB	PSB	
Direita radical	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Direita moderada ou centro-direita	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Centro	4 (44,4%)	3 (42,9%)	1 (50%)	-	2 (100%)	-	-	-	10 (40%)
Esquerda moderada ou centro-esquerda	4 (44,4%)	2 (28,6%)	1 (50%)	1 (100%)	-	2 (100%)	-	1 (100%)	11 (44%)
Esquerda radical	1 (11,1%)	-	-	-	-	-	1 (100%)	-	2 (8%)
Não declarou	-	2 (28,6%)	-	-	-	-	-	-	2 (8%)
TOTAL	9 (100%)	7 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	2 (100%)	2 (100%)	1 (100%)	1 (100%)	25 (100%)

Fonte: RODRIGUES, Leôncio Martins. Quem é quem na Constituinte. 1987, p. 97

⁴¹ Correio Braziliense, p. 9,7 jul. 1987; Jornal do Brasil, p. 8, 26 jun. 1988.

A Tabela 20 identifica o percentual de auto-posicionamento político das parlamentares. Predominam a posição de centro-esquerda (44%) e de centro (40%). Uma pequena porcentagem se declarou como esquerda radical (8%). Observa-se que nenhuma deputada se declarou de direita radical ou de direita moderada. Verifica-se um auto-posicionamento ideológico menos comprometedor uma vez que não há posições extremadas.

Comparativamente ao resultado a que chegou RODRIGUES, tampouco nenhum deputado se declarou de direita radical. Uma proporção pequena se declarou de direita moderada ou centro-direita (6%). Larga escala (52%) se declarou de esquerda moderada ou centro-esquerda e (37%) de Centro.

Na bancada feminina, o PMDB é predominantemente de Centro (44,4%) e esquerda moderada (44,4%). Um pequeno percentual se declarou esquerda radical. No PFL prevalece uma bancada de centro (42,9%) e esquerda moderada (28,6%). Algumas parlamentares do PFL não indicaram sua definição ideológica, esse comportamento é explicado porque em pesquisas de opinião os parlamentares muitas vezes levam em conta o cálculo político e eleitoral de suas respostas. As deputadas do PDS se classificaram como de centro (50%) ou de esquerda moderada (50%). As representantes do PTB se localizaram no espectro ideológico (100%) como de centro.

Os pequenos partidos de esquerda PDT, PT e PSB se declararam (100%) de esquerda moderada, e o PCdoB, de esquerda radical. Note-se que nenhuma deputada de quaisquer dos partidos representados pela bancada feminina declarou-se de direita.

A legenda partidária, mesmo quando reconhecida como conservadora, não foi impedimento para auto-definição como de esquerda. Nos partidos de direita pode-se dizer que não houve grau de coerência entre as posições declaradas e o partido ao qual cada deputada estava ligada no período. Percebe-se assim uma bancada com tendências às posições progressistas a partir da auto-definição ideológica.

Vários estudos procuraram delinear o quadro ideológico dos parlamentares participantes da Assembléia. FLEISCHER (1987), ao estudar esse grupo parlamentar, chegou à seguinte distribuição político-ideológica dos integrantes da Constituinte: Direita (12%), Centro-direita (24%); Centro (32%); Centro-esquerda 23(%) e esquerda (9%). O Departamento de Pesquisa da Folha de São Paulo, a partir da mesma classificação do professor Fleischer, chegou aos mesmos resultados.

FARHAT (1987) utilizou a classificação Direita, Centro e Esquerda e concluiu que 19% são de direita, 59% de centro e 22 % de esquerda.

RODRIGUES (1987, p. 99) aponta que no “mapeamento ideológico de Fleischer e da Folha de São Paulo, a direita teria mais parlamentares do que a esquerda, enquanto no de Farhat, a esquerda seria ligeiramente mais forte do que a direita. O aspecto comum, em todas essas pesquisas, é o predomínio do centro. Deste ponto de vista, há um nítido contraste com os resultados de nossa pesquisa, na qual o centro-esquerda compreende metade da Câmara dos Deputados.” O autor acrescenta que essa discrepância vem do fato de que em sua pesquisa os deputados classificam-se a si mesmo enquanto nos demais mapeamentos, os parlamentares foram classificados por outros.

Conclui-se que a autodefinição política dominante da bancada feminina é 44% de centro-esquerda e 40% de Centro. A esquerda moderada encontra sua expressão partidária 100% no PT, PSB e PDT; no PDS 50%, PMDB com 44,4% e PFL 28,6%. O Centro concentra-se majoritariamente 100% no PTB, 50% no PDS, 44,4% no PMDB e 42,9% no PFL.

Tabela 21: Composição da bancada, por autodefinição política e região

<i>Auto-Definição Política</i>	Região Eleitoral				
	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUDESTE	TOTAL
Direita radical	-	-	-	-	-
Direita moderada ou centro-direita	-	-	-	-	-
Centro	5 (62,5%)	1 (14,3%)	2 (66,7%)	2 (28,6%)	10 (40%)
Esquerda moderada ou centro-esquerda	1 (12,5%)	4 (57,1%)	1 (33,3%)	5 (71,4%)	11 (44%)
Esquerda radical	-	2 (28,6%)	-	-	2 (8%)
Não declarou	2 (25%)	-	-	-	2 (8%)
TOTAL	8 (100%)	7 (100%)	3 (100%)	7 (100%)	25 (100%)

Fonte: Tabela elaborada a partir de pesquisa realizada

Num comparativo ente auto-definição política e regiões eleitorais, observa-se que no Norte 62,5% das deputadas constituintes declararam-se de Centro e apenas 12,5%, de esquerda

moderada. Nota-se uma maior proximidade com posições de direita. O número maior é de parlamentares filiadas às agremiações conservadoras, PFL e PTB.

No Nordeste há predominância das que se declararam de esquerda moderada (57,1%) e de esquerda radical (28,6%). Nessa região há parlamentares do PCdoB, PDT, PMDB, PDS e PFL.

Na região Centro-Oeste prevalece a auto definição de centro 66,7% e a esquerda moderada com 33,3%. Suas representantes são filiadas ao PMDB e PFL.

A região Sudeste declarou-se majoritariamente de esquerda moderada (71,4%) e de centro (28,6%). Suas representantes são filiadas ao PMDB, PT, PFL e PDT.

A legenda partidária na maioria das vezes não foi parâmetro para auto-definição do perfil ideológico das deputadas constituintes. Parlamentares de partidos conservadores como PDS e PFL se declararam de centro-esquerda. A deputada Irma Passsoni (PT) se declarou de esquerda e não esquerda radical como se declararam algumas parlamentares do grupo de esquerda.

Conclui-se que o autoposicionamento político da bancada no âmbito regional, a definição centro-esquerda é mais acentuada na região Sudeste 71,4% e Nordeste 57,1%. A região Norte mostra discrepância com 12,5%. As maiores proporções de deputadas de Centro estão na região Centro-Oeste 66,7% e Norte 62,5%.

Capítulo III

A agenda temática da Bancada Feminina

Este capítulo apresenta a agenda temática da bancada feminina na Assembléia Nacional Constituinte. Aqui são identificados os temas da agenda feminina, coletiva e do trabalhador por meio da análise de votações em Plenário ocorridas no primeiro turno no projeto de constituição, denominado Projeto de Constituição “A”.

Essa votação iniciou-se em 27 de janeiro de 1988 e finalizou-se em 30 de junho do mesmo ano. No processo de votação analisado, as normas regimentais já se encontravam alteradas pela Resolução nº 3, de 1988. Essa resolução instituiu a chamada fusão de emendas, em que os autores de emendas individuais, mediante acordo, fundiam os textos e subscreviam a versão deles derivada à votação em plenário. Todas as emendas e destaques oferecidos em fases anteriores ao processo de elaboração constitucional foram consideradas prejudicadas, exceto as emendas populares. A apresentação de emendas ficou limitada ao máximo de quatro para cada constituinte, diferente das fases anteriores em que não havia limite regimental, para o número de emendas oferecidas.

A aprovação de dispositivos exigia a presença da maioria absoluta dos congressistas, ou quorum de 280 votos. As modificações ocorridas aceleraram, por sua vez, o processo constituinte, imprimindo velocidade às votações. Essa novidade regimental obrigou, também, as forças políticas, que não possuíam quorum de decisão, a buscar entendimento nos processos de votações. O colégio de líderes, composto de constituintes que representavam posições antagônicas sobre o assunto em votação, assume igualmente um papel preponderante e organizador das deliberações.

A análise histórico-descritiva da atuação da bancada feminina nas deliberações submetidas ao plenário da Constituinte, no primeiro turno de votação, registra e examina como as deputadas se posicionaram acerca de questões relevantes da agenda da Assembléia Nacional Constituinte.

A partir do voto nominal estabelecem-se aqui conexões entre atributos individuais das parlamentares e o grau de coesão da bancada. Neste estudo, não cabe pesquisa analítica extensiva. Analisaram-se dez votações, agrupadas em três categorias:

1. **Temas da Agenda Feminina:** foram selecionadas cinco questões que dizem respeito aos direitos das mulheres, objetivando mensurar coesão e consenso da bancada na defesa desses direitos. O que se pergunta é: qual o grau de unidade da bancada feminina nas votações das proposições que tratam de interesse das mulheres? A seleção das votações foi feita a partir da leitura da Carta das Mulheres endereçada aos constituintes pelo Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), que lançou a campanha “Mulher e Constituinte”. Esta Carta, cujo slogan era *Constituinte pra valer tem que ter palavra de mulher*, trazia reivindicação ao exercício pleno da cidadania feminina. Foram aqui considerados os onze pontos-chave tidos como inegociáveis.

2. **Temas da Agenda Coletiva:** foram selecionadas cinco questões sobre as quais não havia consenso e que geraram divisões entre as forças políticas presentes na Constituinte. A seleção dessas votações foi feita a partir de questões que facilitassem a análise dos posicionamentos assumidos pela bancada feminina a determinado tema. A pergunta que se fez foi: Qual o posicionamento da bancada feminina quanto às questões discutidas nessa arena política, com viés conservador, com viés democrático, com viés nacionalista ou com viés estatizante? Utilizaram-se as categorias analíticas elaboradas por KINZO (1990), para medir as posições defendidas por parlamentares na Constituinte. A autora classifica as votações na seguinte escala: I – governismo; II. Conservadorismo; III. Democratismo; IV. Nacionalismo; V. Oposicionismo ao sistema financeiro.

3. **Temas da Agenda do Trabalhador:** foi extraída avaliação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) sobre as votações ocorridas na ANC editada na publicação “Quem é Quem na Constituinte nas questões de interesse dos trabalhadores”.

3.1 A Bancada e a Agenda Feminina

Cinco foram os temas que compuseram a agenda feminina para efeitos deste estudo: licença à gestante, licença à paternidade, direito de posse de imóvel urbano ao homem e mulher, aborto e divórcio.

Tabela 22: Votações da Bancada, por temas de interesse da Mulher⁴²

Votação	Região Eleitoral																							
	Norte			Nordeste			Centro Oeste			Sudeste			Total											
	Sim	Não	Abst/F.	Sim	Não	Abst/F.	Sim	Não	Abst/F.	Sim	Não	Abst/F.	Sim	Não	Abst/F.									
Licença Gestante	6	2	5	2	3	7	21	4	75%	0%	25%	71%	0%	29%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	84%	0%	16%	
Licença paternidade	6	2	6	1	2	1	7	4	75%	0%	25%	86%	0%	14%	67%	0%	33%	100%	0%	0%	84%	0%	16%	
Direito posse área urbana. Homem e mulher	5	3	6	1	3	6	1	20	5	63%	0%	38%	86%	0%	14%	100%	0%	0%	86%	0%	14%	80%	0%	20%
Aborto	3	5	4	3	2	1	1	5	1	0%	38%	63%	0%	57%	43%	0%	67%	33%	14%	71%	14%	4%	56%	40%
Divorcio	7	1	6	1	3	7	23	2	88%	0%	13%	86%	0%	14%	100%	0%	0%	100%	0%	0%	92%	0%	8%	

Fonte: Tabela elaborada a partir de informações publicadas no DANC de 26/02/1988. p. 7660-7663; DANC de 26/02/1988 p. 7663-7667; DANC de 11/08/1988 p. 12516-12.521; DANC de 03/05/1988 p. 10.163-10166.

Licença Gestante

A votação de nº 105, ocorrida em 26 de fevereiro de 1988, propunha a “Licença protegida à gestante, sem prejuízo do emprego e do salário, com a duração de 120 dias”⁴³. A Comissão de Sistematização propusera licença remunerada de no mínimo 120 dias. O “Centrão”, em sua emenda, aceitava-os, mas cortara as expressões “*remunerada*” e “*no mínimo*”. A bancada feminina conseguiu acordo para votação da matéria, que teve Requerimento do Destaque nº 1.132 para a Emenda nº 645, subscrita pela deputada Rita Camata (PMDB-ES), resultado da fusão de emendas dos constituintes José Maria Eymael (PDC-RS), Afif Domingues (PL-SP) e Bonifácio de Andrada (PDS-MG). O parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi favorável à matéria e todos os líderes recomendaram às bancadas votarem “Sim”. Foi aprovada por 429 votos contra 11 e 6 abstenções, no total de 446 constituintes. A bancada feminina esteve presente com vinte e um votos “sim” e quatro ausências assim distribuídos: Região Norte – seis votos favoráveis e duas ausentes, deputadas Eunice Michiles (PFL-AM) e Rita Furtado (PFL-RO); Região Nordeste – cinco votos favoráveis e duas ausentes, deputadas Cristina Tavares (PMDB-PE) e Myriam Portella (PDS-PI); Região Centro-Oeste – três votos favoráveis; Região Sudeste – sete votos favoráveis.

⁴² Na tabela consideramos para efeito de avaliação Abstenção e Falta, como equivalentes.

⁴³ DANC de 26/02/1988. p.7660-63.

O encaminhamento a favor da votação foi feito pela deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que expressou:

É muito importante que esta proposição conste de nossa Constituição porque a Constituinte vem consagrando, desde o começo dos seus trabalhos, uma intenção nítida e clara de registrar no texto constitucional as conquistas já asseguradas pela sociedade às crianças, aos menores, aos adolescentes, à família, aos idosos, aos deficientes e às mulheres, que conquistaram um grande espaço na área do trabalho.

A deputada Moema São Thiago (PDT-CE) ressaltou não ser somente um direito das mulheres, mas da sociedade e, sobretudo das crianças brasileiras. Raquel Cândido (PFL-RO) esclareceu que a matéria era consenso na bancada das mulheres e solicitou ajuda do plenário para sua aprovação. O deputado Luiz Soyer (PMDB-GO) encaminhou a votação contra, expressando que “(...) entendo que esses 120 dias de licença à gestante serão prejudiciais a ela própria (...). Poucos empresários vão deixar de dar emprego a um homem, que tem apenas 30 dias de férias por ano para dá-lo a uma mulher que pode ter até 150 dias”.

O Movimento Nacional das Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher fizeram intensa campanha para votação desse direito. A licença de 120 dias à gestante foi um dos onze itens considerado inegociável do projeto de Constituição pelo movimento feminista. A constituinte Rita Camata (PMDB-ES) teve atuação destacada nessa proposição, com emenda aprovada.

A análise empreendida nessa votação revela consenso da bancada feminina, unida numa matéria de interesse das mulheres e de concordância do plenário, após várias negociações e acordos, em que grupos contrários tentaram influir no conteúdo da matéria. Na bancada, a votação da licença à gestante contou com 84% de votos favoráveis considerando que 16% não registraram presença. As regiões com deputadas ausentes foram o Nordeste (29%) e Norte (25%). O Sudeste e o Centro-Oeste apresentaram participação de toda a bancada. As constituintes filiadas a todos os partidos, conservadores ou de esquerda, defenderam a matéria em plenário e votaram “sim”, corroborando a tese de uma bancada com comportamento suprapartidário nas votações que representam os direitos das mulheres.

Licença Paternidade

A votação nº 106, ocorrida em 26 de fevereiro de 1988 e subsequente à licença à gestante, propunha “bem como, nas mesmas condições, licença paternidade de oito dias aos que preenchem requisitos fixados em lei”⁴⁴.

Esta proposição teve requerimento de Destaque nº 294 para a fusão da emenda nº 1472-1 do Deputado Alcení Guerra (PFL-PR) e emenda nº 391-5 do Deputado Luiz Soyer (PMDB-GO), votada como texto aditivo. O relator-geral deu parecer favorável à matéria. Não houve manifestação contrária de líderes, entretanto somente as lideranças do PMDB, PDT e PTB se pronunciaram a favor. A emenda foi aprovada por 337 votos, contra 67 e 28 abstenções, no total de 432 constituintes.

A bancada feminina esteve presente com vinte e um votos “sim” e quatro ausências assim distribuídos⁴⁵: Região Norte - seis votos favoráveis e duas ausências, das Deputadas Eunice Michiles (PFL-AM) e Rita Furtado (PFL-RO); Região Nordeste – seis votos favoráveis e uma ausência, da deputada Myriam Portella (PDS-PI); Região Centro-Oeste – dois votos favoráveis e uma ausência, da deputada Lúcia Vânia (PMDB-GO); Região Sudeste – sete votos favoráveis.

O discurso da defesa da emenda feita pelo Deputado Alcení Guerra (PFL-PR) foi uma das mais emocionantes e surpreendentes da ANC. O autor ressaltou as colocações bem-humoradas e exageradas dos colegas e expôs na tribuna os motivos da seriedade e importância da emenda. Ao relatar fatos que o levaram a apresentar a emenda, concluiu: “após esses fatos, tornei-me advogado das mulheres que tinham dificuldade no parto e que necessitavam da presença dos maridos. Só sei o quanto é importante nesta hora para os demais filhos a presença daquele que junto com a mulher gerou um filho.”

Nesta votação, em uma atitude rara, Ulysses Guimarães, citou o humorista Chico Anysio como justificativa da proposição, lembrando o que este disse “há o dia da mãe, e o dia do homem é precisamente nove meses antes do dia da mãe”. O deputado Alcení Guerra se disse amargurado com os risos dos colegas e que o líder do PMDB, Mário Covas, deu uma gargalhada quando lhe pediu apoio à proposta. O deputado Ulysses Guimarães, ao final da votação pediu desculpas dizendo que não tinha a intenção de prejudicar sua emenda.

⁴⁴ DANC de 26/02/1988, p. 7663-67.

⁴⁵ Na lista de votação não consta o nome de Cristina Tavares (PMDB-PE), mas a deputada fez encaminhamento favorável da votação, computamos como presença.

A deputada Cristina Tavares (PMDB-PE), encaminhou a votação favorável e expressou: “(...) a princípio temi pela emenda do Constituinte Alcení Guerra, e quando me inscrevi para defendê-la receei que ela resvalasse para o perigoso terreno do deboche. Mas senti que a sensibilidade deste Plenário já aprovou esta emenda”.

O Deputado Ricardo Izar (PFL-SP) se posicionou contra a matéria constar no texto constitucional por considerar a emenda assunto da legislação ordinária.

Esta proposição foi à votação novamente em 2º Turno em 11 de agosto de 1988, votação de nº 772 e tinha como acordo de lideranças a retirada do período de oito dias⁴⁶. A deputada Benedita da Silva apresentou emenda nº 1.292, suprimindo palavras do texto, mas com oito dias de licença. Em razão de a votação ser considerada derrotada, foi retirada da pauta. A constituinte Benedita da Silva expressou sua indignação: “Registro o meu constrangimento pela incompreensão do Plenário em entender a necessidade dessa licença-paternidade de 8 dias. Isto não diz respeito apenas ao fato de os pais ficarem em casa com seus filhos; é uma luta do Movimento das Mulheres.”

A deputada Dirce Tutu Quadros (PTB-SP) também fez apelo aos constituintes no sentido de preservar o avanço social conquistado até aquele momento. Nesta sessão foi votada a Emenda nº 381, do Deputado Luís Roberto Ponte (PMDP-RS), fruto de um acordo de lideranças, para retirada do período de oito dias. O novo prazo aprovado foi remetido para as Disposições Transitórias, determinando a licença em cinco dias, até que lei viesse disciplinar o disposto.

A licença paternidade constava como reivindicação da Carta das Mulheres e após a votação tornou-se um dos onze itens considerado inegociável na votação do projeto de Constituição pelo movimento feminista. As parlamentares constituintes votaram unidas numa matéria de interesse das mulheres. A bancada feminina nesta votação teve 84% de votos favoráveis considerando que 16% não registraram presença. As regiões com deputadas ausentes foram o Centro-Oeste (33%), Norte (25%) e Nordeste (14%). O Sudeste com participação de toda a bancada. As constituintes filiadas a todos os partidos, conservadores ou de esquerda, defenderam a matéria em plenário e votaram “sim”.

⁴⁶ DANC 11/08/1988, P. 12.516-521.

Direito de Posse de Área Urbana

A votação nº 522, ocorrida em 3 de maio de 1988, propunha “o título de domínio e a concessão de uso serão conferidos ao homem ou à mulher, ou a ambos, independentemente do estado civil”⁴⁷. Esta proposição teve Requerimento de Destaque nº 749, para a Emenda aditiva de nº 797 de Myriam Portella (PDS- PI), que dizia no caput “aquele que possuir como sua área urbana de até duzentos e cinquenta metros quadrados, por cinco anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.” O relator-geral deputado Bernardo Cabral foi favorável com manifestação de que “é preciso que se registre que este é mais um passo em favor da emancipação da mulher. Pela aprovação.” Foi aprovada por 292 votos contra 11 e 12 abstenções, no total de 314 constituintes.

A bancada feminina esteve presente com 20 votos “sim” e 5 ausências, assim distribuídos: Região Norte – cinco votos favoráveis e três ausências, das deputadas Maria Lúcia (PMDB-AC), Raquel Cândido (PFL-RO) e Rita Furtado (PFL-RO); Região Nordeste – seis votos favoráveis e uma ausência, da deputada Wilma Maia (PDS-RN); Região Centro-Oeste – três votos favoráveis; Região Sudeste – seis votos favoráveis e uma ausência, da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES).

Todas as lideranças orientaram suas bancadas a votar “sim”, exceto o Líder do PFL, Deputado Inocêncio Oliveira (PFL-PE), que, por considerar não se tratar de matéria constitucional, recomendou à bancada votar “não.” Das sete deputadas filiadas ao PFL, seis votaram contra orientação do Líder e uma estava ausente.

A defesa da emenda feita por Myriam Portella (PDS-PI) pontuou a singularidade das mulheres da região Nordeste, cujos maridos ou companheiros partem em busca de oportunidades de trabalho nas grandes cidades. A mulher, nem sempre legalmente casada, assume o papel de cabeça do casal. E, por isso, nada mais justo que a concessão de uso de título de área urbana seja concedido ao homem e à mulher. Para a deputada trata-se de uma questão social relevante que a Assembléia Nacional Constituinte não poderia ignorar.

A defesa mais contundente desse direito foi de Lúcia Braga (PFL-PB), cujo Líder, orientou votação contrária. A parlamentar fez uma extensa e favorável declaração de voto:

⁴⁷ DANC 03/05/1988, p. 10163-166.

A mulher tem sido, através dos tempos, a grande discriminada. Discriminada secular no direito social, no direito da família, enfim, no contexto da sociedade, onde o seu papel é minimizado. Ao encaminharmos favoravelmente a emenda da Deputada Myriam Portella, que visa corrigir uma dessas formas de discriminação, quando propõe o domínio e a concessão de uso do imóvel urbano ao homem e a mulher independentemente do estado civil, queremos dizer da oportunidade desta emenda e do seu elevado alcance social.

Na bancada, a votação do direito à titulação de área urbana teve 80% de votos favoráveis considerando que 20% não registraram presença. As regiões com deputadas ausentes foram o Norte (38%), Nordeste (14%), e Sudeste (14%). O Centro-Oeste contou com participação de toda a bancada.

O movimento Nacional das Mulheres e o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher consideraram o direito de posse à terra à mulher, independente do estado civil, um dos onze itens considerado inegociável na votação do projeto de Constituição. Destaca-se a atuação da deputada Myriam Portella (PDS-PI) em defesa desse direito.

A bancada feminina mostrou unidade numa matéria de interesse das mulheres, mesmo quando houve orientação partidária diferente. Esta matéria simbolizou as constituintes como bancada suprapartidária, que reivindicou a melhoria do bem-estar social da mulher com a conquista do direito à titulação de terras.

Aborto

A votação nº 79, ocorrida em 23 de fevereiro de 1988, tratava da emenda aditiva do Senador Meira Filho, que criminalizava o aborto⁴⁸. A proposição apresentava a seguinte redação: “todos têm direito à vida, desde a concepção, sendo punido como crime doloso o aborto provocado fora dos casos em que a lei indicar”. O voto “sim” à emenda significava ser contra o aborto. O voto “não” significava ser a favor. A emenda teve parecer contrário do Relator e, rejeitada, não conseguiu quorum de 280 votos necessários para sua aprovação. Foram 183 votos contra 170 e 30 abstenções, com total de 383 constituintes presentes.

A bancada feminina esteve presente com 16 votos, sendo 14 votos “não”, 1 “sim”, 1 abstenção e 9 ausências, assim distribuídos: Região Norte – três votos “não” ou favoráveis ao aborto, das deputadas, Beth Azize (PSB-AM), Maria Lúcia (PMDB-AC), Raquel Capiberibe (PMDB-AP) e cinco ausências, das deputadas Eunice Michiles (PFL-AM), Marluce Pinto (PTB-RR), Raquel Cândido (PFL-RO), Rita Furtado (PFL-RO), Sadie Hauache (PFL-AM); Região Nordeste – quatro votos “não” das deputadas Abigail Feitosa (PMDB-BA), Lídice da Mata

(PCdoB), Lúcia Braga (PFL-PB), Myriam Portella (PDS-PI) e três ausências, das deputadas Cristina Tavares (PMDB-PE), Moema São Thiago (PDT-CE) e Wilma Maia (PDS-RN); Região Centro-Oeste dois votos “não” das deputadas Lúcia Vânia (PMDB-GO), Márcia Kubitschek (PMDB-DF) e uma abstenção, da deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF); Região Sudeste – cinco votos “não” das deputadas Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Irma Passoni (PT-RJ), Rita Camata (PMDB-ES) um “sim” ou contrário ao aborto, da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), e uma ausência, da deputada Rose de Freitas (PMDB-ES).

Na fase de votação do 1º Turno já havia consenso da bancada feminina para que a matéria fosse remetida à legislação ordinária. Lídice da Mata (PCdoB) em pronunciamento expressou:

Precisamos permitir que a mulher brasileira tenha o direito, nas situações em que os médicos indicarem, de interromper a gravidez para salvar a própria vida, que dará origem a outras vidas em situações diferentes. É nesse sentido que a bancada das mulheres, não de forma unânime, mas majoritária, vem insistindo junto a diversos companheiros Constituintes para que haja um entendimento. A questão deve ser tratada no Código Penal.

O deputado José Genoíno apresentou a Emenda aditiva nº 1.226. O direito de interrupção até noventa dias de gravidez seria uma opção livre da mulher. A emenda foi retirada por pressão de parlamentares da bancada feminina. Abigail Feitosa (PSB-BA) se pronunciou:

Aqui discuto e discordo do nobre Constituinte José Genoíno: primeiro, porque foi um acordo de toda a bancada das mulheres de que esse assunto não viria a ser constitucional. O Constituinte José Genoíno não tem mais direito de defender os interesses das mulheres do que a bancada das mulheres. A proposta que se faz é de não discutir este assunto aqui na Constituinte, que ele seja remetido para a legislação, a fim de que, depois, toda a sociedade tenha condição de se posicionar.

O aborto constava na Carta das Mulheres aos Constituintes de autoria do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher como reivindicação das mulheres brasileiras. O CNDM, porém, à época do debate constituinte no 1º Turno de votação, se pronunciou favorável a que a questão do aborto fosse tratada na legislação ordinária e alertou os constituintes para a complexidade da matéria.

Na bancada, a votação teve 56% de votos contra a criminalização do aborto considerando que 40% não registraram presença ou se abstiveram. As regiões com deputadas

⁴⁸ DANC 23/02/1988, p. 7450-52.

ausentes/abstenção foram o Norte (63%), Nordeste (43%), Centro-Oeste (33%) e Sudeste (14%). O Sudeste foi o único voto declarado contra o aborto (4%).

A legalização do aborto, tema polêmico na arena da Constituinte, também foi matéria que provocou divisões na bancada feminina. A partir da leitura dos pronunciamentos nas votações, a bancada feminina majoritariamente defendeu contudo que a matéria fosse tratada na legislação ordinária, conseguindo dessa forma, a rejeição às emendas que criminalizavam o aborto e que o liberavam. A votação da matéria foi a que registrou maior ausência da bancada, uma abstenção e um voto a favor da criminalização do aborto. A Região Norte apresentou maior número de ausentes (cinco das oito integrantes). Na Região Nordeste, foram três as ausentes. Na região Centro-Oeste houve uma abstenção. Na Região Sudeste, uma ausência e um voto sim. Apesar de dividida quanto ao mérito da matéria, a bancada feminina consensuou para que o tema não fosse tratado no âmbito constitucional.

Divórcio

A votação nº 609, ocorrida em 27 de maio de 1988, tratou da proposição originária de emendas do Senador Nelson Carneiro, resultantes da fusão de vinte e quatro emendas ao Capítulo VII, Título VIII, do Projeto que trata “Da Família, da Criança, do Adolescente e do Idoso”⁴⁹. O capítulo traz inovações profundas no que diz respeito à Família, como o divórcio, a legitimidade dos filhos naturais e os direitos assegurados às companheiras.

O § 5º do art. 263 trazia: “O casamento civil pode ser dissolvido pelo divórcio, nos casos expressos em lei, após prévia separação judicial por mais de um ano ou comprovada separação de fato por mais de dois”. Contribuíram com emendas para votação do capítulo as constituintes Abigail Feitosa (PMDB-BA); Márcia Kubitschek (PMDB-DF); Eunice Michiles (PFL-AM); Maria Lúcia (PMDB-AC); Benedita da Silva (PT-SP); Rita Camata (PMDB-ES); Marluce Pinto (PTB-RR); Lúcia Vânia (PMDB-GO); Anna Maria Rattes (PMDB-RJ); Sandra Cavalcanti (PFL-RJ); Lídice da Mata (PCdoB-BA); Raquel Capiberibe (PMDB-AP).

As lideranças se declararam favoráveis ao texto do acordo. Compareceram 452 constituintes, sendo que 435 votaram “sim”, 8 votaram “não” e 9 abstenções. A bancada feminina esteve presente com 23 votos favoráveis, e 02 ausências, assim distribuídos: Região Norte – sete votos favoráveis e uma ausência, da deputada Rita Furtado (PFL- RO); Região Nordeste – seis

⁴⁹ DANC 27/05/1988.

votos favoráveis e uma ausência, da deputada Myriam Portella (PDS-PI); Região Centro Oeste – três votos favoráveis; Região Sudeste – sete votos faturáveis.

O Deputado Nelson Carneiro (PMDB-RJ), que encaminhou a votação, destacou a colaboração valiosa da bancada feminina:

Todos compreenderam que era necessário dotar o País de um texto harmônico, moderno e capaz de responder a todas as angústias da família brasileira. Ele é o resultado de uma unanimidade de pensamento e, como unanimidade, espero que assim acolha o Plenário dando ao País e dando ao Mundo a mais moderna legislação sobre família em todos os textos constitucionais conhecidos.

Na bancada, a votação do divórcio apresentou 92% de votos favoráveis considerando que 8% não registraram presença. As regiões com deputadas ausentes foram o Norte (13%) Nordeste (14%). O Sudeste e Centro-Oeste contaram com participação de toda a bancada.

Nesta votação, sobre o Capítulo da Família, a bancada feminina mostrou-se unida, coesa e co-participante. As deputadas filiadas a partidos conservadores ou progressistas subscreveram a emenda votada. Foi a votação da agenda feminina, dentre as aqui analisadas, com maior presença de deputadas. As duas ausências registradas foram de deputadas da Região Norte e Nordeste.

3.2 A Bancada e a Agenda Coletiva

Cinco foram os temas que compuseram a agenda coletiva para efeitos deste estudo: mandato do Presidente Sarney, mandato de segurança coletivo, reforma agrária, monopólio da União de recursos minerais e taxa de juros.

Tabela 23: Votações da bancada por Temas da Agenda Coletiva

Votação	Região Eleitoral														
	Norte			Nordeste			Centro Oeste			Sudeste			Total		
	Sim	Não	Abst/F.	Sim	Não	Abst/F.	Sim	Não	Abst/F.	Sim	Não	Abst/F.	Sim	Não	Abst/F.
Mandato Presidente Sarney	5	3		7			2	1		7			7	18	0
	63%	38%	0%	100%	0%	0%	67%	33%	0%	0%	100%	0%	28%	72%	0%
Mandado de Segurança Coletivo	3	3	2	6		1	1	1	1	6		1	16	4	5
	38%	38%	25%	86%	0%	14%	33%	33%	33%	86%	0%	14%	64%	16%	20%
Reforma Agrária	4	4		7			1	1	1	7			19	5	1
	50%	50%	0%	100%	0%	0%	33%	33%	33%	100%	0%	0%	76%	20%	4%
Monopólio Recursos Minerais	4	1	3	5		2	1	2		6		1	16	3	6
	50%	13%	38%	71%	0%	29%	33%	67%	0%	86%	0%	14%	64%	12%	24%
12% taxas de Juros	4	2	2	6		1	2		1	6	1		18	3	4
	50%	25%	25%	86%	0%	14%	67%	0%	33%	86%	14%	0%	72%	12%	16%

Fonte: DANC 03/06/1988 p. 11.027- 11.030; DANC 11/02/1988; 29/04/1988 p. 10.055-10.061; DANC 03/03/1988 p.10313 A 10320 DANC 12/05/1988 p. 10362-10.367

Mandato Presidente Sarney

A votação nº 624, ocorrida em 3 de junho de 1988, propunha que “o mandato do atual Presidente da República terminará em 15 de março de 1990”⁵⁰. Tratava-se de um dispositivo dos Atos das Disposições Transitórias. A proposição votada resultou da fusão de emendas dos constituintes Matheus Iensen (PDS-PR), Bonifácio de Andrada (PDS-MG), Milton Reis (PMDB-RS) e José Carlos Martinez (PMDB-SP). Essa fusão resultou no texto do constituinte Matheus Iensen com 317 assinaturas favoráveis à emenda.

No debate que antecedeu à votação, a tramitação da proposição foi questionada por vários constituintes. O presidente Ulysses Guimarães justificou:

A Emenda Matheus Iensen tem as 317 assinaturas que caracterizam a excepcionalidade da tramitação. Não é preciso sequer que a sua preferência venha da aprovação do Plenário, porque o próprio Plenário deu antecipadamente, em função desse número de assinaturas uma preferência.

O relator Bernardo Cabral pronunciou-se contrário à fusão das emendas. As Lideranças partidárias favoráveis aos cinco anos de mandato para o Presidente José Sarney foram PFL e PTB; PSB; PT; PDT, PCdoB e PCB declararam-se em favor do mandato de quatro anos; PMB, PL, PDC, e PMDB declararam-se em favor do mandato de quatro anos com ressalva do voto aberto para a bancada. O PDS declarou aberto o voto sem manifestar posição. A deputada Raquel Candido (PFL-RO) na votação declarou sua desfiliação do PFL em face do apoio do partido ao mandato de cinco anos.

A emenda foi aprovada por 328 votos contra 222 e 3 abstenções, no total de 553 constituintes. Nessa votação, apenas 6 constituintes estiveram ausentes. Toda a bancada feminina esteve presente. A região Norte, com cinco votos favoráveis ao mandato de cinco anos, das deputadas Eunice Michiles (PFL-AM), Maria Lúcia (PMDB-AC), Marluce Pinto (PTB-RR), Rita Furtado (PFL-RO), Sadie Hauache (PFL-AM) e três votos contrários, das deputadas Bethe Azize (PSB-AM), Raquel Cândido (PFL-RO), Raquel Capiberibe (PMDB-AP). A região Nordeste com votos contrários de toda a bancada ao mandato de cinco anos, das deputadas Abigail Feitosa (PMDB-BA), Cristina Tavares (PMDB-PE), Lídice da Mata (PCdoB-BA), Lúcia Braga (PFL-PB), Moema São Thiago (PDT-CE), Myriam Portella (PDS-PI), Wilma Maia (PDS-RN). A região Sudeste com votos contrários de toda a bancada, das deputadas Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Benedita da Silva (PT- RJ), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Irma Passoni (PT-SP), Rita Camata (PMDB-ES), Rose de Freitas (PMDB-ES), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). A região

Centro-Oeste com dois votos favoráveis, das deputadas Lúcia Vânia (PMDB-GO), Márcia Kubitschek (PMDB-DF), e um voto contra da deputada Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF).

A duração do mandato do Presidente Sarney na Constituinte foi questão de viés político e de ampla negociação do governo para sua aprovação, provocando divisões entre as forças partidárias e políticas na Constituinte. Na escala feita por KINZO (1999), a votação do mandato do presidente Sarney em cinco anos se enquadra no item Governismo-que afere o grau de apoio dos constituintes ao governo de acordo com sua votação. A autora aponta que um dos mais fortes grupos de pressão, e talvez o mais eficaz, interferindo sobre os trabalhos da Constituinte, foi sem dúvida o próprio poder Executivo. Apesar de o apoio a esta posição não significar por si só uma posição governista, no contexto em que ela foi votada, acabou se tornando um indicador de governismo. Tomando como base esse pressuposto e examinando os dados de votação na Tabela nº 23, observa-se que 72% da bancada feminina não estavam aliadas às forças governistas e 28% apoiaram as posições defendidas pelo Palácio do Planalto. No recorte regional as bancadas da região Norte e Centro-Oeste foram as duas regiões que apresentaram deputadas aliadas ao governo, com 63% e 67% de apoio, respectivamente. A região Nordeste e Sudeste com 100% da bancada contrária aos cinco anos, portanto, não aliada ao governo do presidente José Sarney. As deputadas constituintes de todas as regiões estiveram presentes na deliberação. A bancada apresentou um perfil politicamente independente nesta votação.

Mandado de Segurança Coletivo

Na votação nº 61, ocorrida em 11 de fevereiro de 1988, foi proposto que:

o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por partido político, com representação na Câmara dos Deputados ou no Senado Federal, organização sindical, entidade de classe ou qualquer associação legalmente constituída, em funcionamento há pelo menos um ano, em defesa dos interesses de seus membros ou associados⁵¹.

Essa proposição teve Requerimento de Destaque nº 1493 à emenda nº 2038-1, de autoria do constituinte João Agripino (PMDB-PB). A figura do mandado de segurança coletivo havia sido introduzida no texto do projeto de Constituição, na Comissão de Sistematização. O Centrão, contudo, apresentou projeto suprimindo esse direito. O Destaque restabelecia o texto da Comissão de Sistematização.

O Líder Gastone Righi (PTB-SP) pronunciou-se contrário, com o argumento de que:

⁵⁰ DANC 03/06/1988, p. 11020-032.

⁵¹ DANC 11/02/1988, p. 7235-40.

É um absurdo o que estaríamos concedendo, mas, pior que isso, estaríamos transformando um instrumento de defesa individual num instrumento de agitação política, para a aversão à autoridade constituída e não para a defesa de um direito constitucional ou de um direito sagrado na legislação ordinária.

Outras lideranças contrárias à matéria foram o PDS e PFL. O deputado José Serra (PMDB-SP) fez a defesa:

É de fato um instrumento de pressão poderoso, mas será também um instrumento de pressão para que, no futuro, o Estado cuide melhor de suas ações. É um instrumento para evitar, para inibir, para coibir o abuso do poder. É um dispositivo que deveria entusiasmar os integrantes da bancada do Partido da Frente Liberal, porque é um dispositivo que corresponde o que há de mais liberal entre os liberais desta Constituição.

Os partidos que se pronunciaram favoráveis foram PL e PMDB. O Relator-geral Bernardo Cabral deu parecer favorável à matéria.

A emenda foi aprovada por 326 votos contra 103 e 10 abstenções, no total de 439 constituintes. Vinte deputadas da bancada feminina estiveram presentes – 16 votaram a favor do mandado coletivo, 4 votaram contra e 5 ausentaram-se.

Por região os votos foram assim distribuídos: Norte – 3 votos “sim”, das deputadas Beth Azize (PSB-AM), Marluce Pinto (PTB-RR) e Raquel Capiberibe (PMDB-AP); 3 votos “não”, das deputadas Eunice Michiles (PFL-AM), Maria Lúcia (PMDB-AC), e Rita Furtado (PFL-RO); 2 ausências, das deputadas Raquel Cândido (PFL-RO) e Sadie Hauache (PFL-AM); Região Nordeste – 6 votos “sim”, de Abigail Feitosa (PMDB-BA), Cristina Tavares (PMDB-PE), Lídice da Mata (PCdoB-BA), Moema São Thiago (PDT-CE), Myriam Portella (PDS-PI), Wilma Maia (PDS-RN); e 1 ausência, de Lúcia Braga (PFL- PB); Região Centro-Oeste – 1 voto “sim”, de Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), 1 voto “não”, de Márcia Kubitschek (PMDB-DF), e 1 ausência, de Lúcia Vânia (PMDB-GO); Região Sudeste – 6 votos “sim”, de Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Benedita da Silva (PT- RJ), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Irma Passoni (PT-SP), Rita Camata (PMDB-ES), Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), e 1 ausência, de Rose de Freitas (PMDB-ES).

O mandado de segurança coletivo foi tema inédito na Constituição. Protege o direito coletivo dos partidos e organizações legalmente constituídos. A votação desse direito na avaliação de KINZO (1990) está na escala que permite medir a posição dos representantes na categoria Democratismo – questões que podem caracterizar um constituinte como de posição democratizante em contraposição aos que defendiam medidas restritivas às liberdades democráticas. Posicionaram-se no grau mais alto da escala aqueles que votaram favoravelmente

nesse item. Tomando como base esse pressuposto e examinando os dados da Tabela nº 23, observa-se que 64% da bancada feminina defenderam posições de conteúdo democratizante, 16% com voto contrário, menos liberais, e 20% com abstenção/falta. O Nordeste e o Sudeste contaram com 100% das parlamentares abertas às inovações, com posições mais democratizantes. As bancadas do Norte (38%) e Centro-Oeste (33%) com votos contrários ao direito, apresentam menor índice de democratismo, ou com tendências menos democratizantes. As regiões com deputadas ausentes/abstenção foram o Norte (25%), Centro-Oeste (33%), Nordeste e Sudeste (14%).

Reforma Agrária

Na votação nº 533, ocorrida em 11 de maio de 1988, foi pauta a proposta do relator Bernardo Cabral para findar o impasse que ameaçava deixar a Constituição sem um capítulo sobre a Reforma Agrária.

Nenhuma das proposições apresentadas e votadas até então, como Emenda coletiva do Centrão e o projeto da Comissão de Sistematização, haviam conseguido os 280 votos necessários à aprovação do capítulo da reforma agrária⁵². Regimentalmente (art.10) havendo rejeição de Capítulo e emendas, a sessão seria suspensa pelo prazo de 48 horas, devendo o relator apresentar texto à matéria. A elaboração de uma nova proposta pelo relator Bernardo Cabral ocorreu diante do impasse. O Substitutivo votado do relator Bernardo Cabral diz: “A lei garantirá tratamento especial à propriedade produtiva e fixará normas para o comprimento dos requisitos relativos à sua função social”. A parte sujeita à decisão do plenário foi o DVS (Destaque de Votação em Separado) com a redação “cuja inobservância permitirá sua desapropriação, nos termos do art. 208”.

Os primeiros constituintes a falar contra a desapropriação da propriedade produtiva que não cumprir função social fora, o Líder do PTB, deputado Gastone Righi, e o deputado Ricardo Fiúza (PFL-PE), que argumentaram “o que se pretende é destruir a estrutura produtiva do campo brasileiro, e o nosso texto é o único que permitirá a realização da reforma agrária neste país. O outro, o deles, levará a um derramamento de sangue”.

Os constituintes favoráveis foram Ronan Tito (PMDB-MG) e Sandra Cavalcanti (PFL-RJ), que pronunciou:

⁵² DANC 11/05/1988.

O que está sendo apresentado para a população trabalhadora e para os proprietários rurais como um perigo de socialização, foi feito há mais de 100 anos, na mais aberta de todas as democracias do mundo, porque este texto envergonharia, hoje, os congressistas de 1840 do Congresso norte-americano. Vamos votar o texto porque é democrático, aberto e trará a paz ao campo neste País.

Os líderes que recomendaram o voto “não” foram Amaral Netto (PDS-RJ), José Maria Eymael (PDC-SP), Adolfo Oliveira (PL-RJ) e José Lourenço (PFL-BA). Os que incentivaram o “sim” foram Plínio Arruda Sampaio (PT-SP), Ademir Andrade (PSB-PA), Aldo Arantes (PCdoB-GO), Amaury Muller (PDT-RS), Roberto Freire (PCB-PE) e Mário Covas (PMDB-SP).

A expressão objeto do Destaque foi rejeitada com 267 votos “sim”, 253 votos “não” e 11 abstenções, no total de 531 constituintes. Não houve os 280 votos necessários à aprovação da matéria que previa a desapropriação da propriedade que não observasse sua função social. 24 deputadas da bancada feminina estiveram presentes, 19 votaram a favor, cinco votaram contra.

Por região os votos foram assim distribuídos: Região Norte – 4 votos “sim”, das deputadas Beth Azize (PSB-AM), Maria Lúcia (PMDB-AC), Raquel Cândido (PFL-RO), Raquel Capiberibe (PMDB-AP); 4 votos “não”, das deputadas Eunice Michiles (PFL-AM), Marluce Pinto (PTB-RR), Rita Furtado (PFL-RO) e Sadie Hauache (PFL-AM); Região Nordeste e Sudeste com “sim” de toda sua respectiva bancada; Região Centro-Oeste – 1 voto “sim”, de Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF); 1 voto “não”, de Lúcia Vânia (PMDB-GO), e 1 ausência, de Márcia Kubitschek (PMDB-DF).

A deliberação dessa matéria na avaliação de KINZO (1990) está no item Conservadorismo, categoria que reúne votações sobre questões referentes à ordem econômica e social e a direitos sociais que permitem distinguir uma posição mais conservadora de uma postura mais reformista no que tange a direitos sociais, distribuição de propriedade e à ordem econômica. A avaliação considerada conservadora significa que um determinado constituinte votou contra a matéria. Tomando como base esse pressuposto e examinando dados da Tabela nº 23, observa-se que 76% da bancada feminina possuíram postura reformista quanto aos direitos sociais e especialmente quanto à distribuição de propriedade. Os votos contrários foram 20% e 4% de abstenção/falta. As regiões Nordeste e Sudeste contaram com 100% da bancada favoráveis aos avanços na questão da reforma agrária. As representantes femininas do Norte e Centro-Oeste apresentam maior número de deputadas identificadas com o Conservadorismo, com 50% e 33%, respectivamente, de votos contrários. A região que registrou ausência/falta foi o Centro-Oeste com (33%).

Monopólio Recursos Minerais

Na votação nº 502, ocorrida em 29 de abril de 1988, o dispositivo “o aproveitamento dos potenciais de energia hidráulica e a lavra de recursos e jazidas minerais somente poderão ser efetuados mediante autorização ou concessão da União, no interesse nacional, por brasileiros ou empresa brasileira de capital nacional, na forma da lei, que regulará as condições específicas quando estas atividades se desenvolverem em faixa de fronteira ou terra indígena” foi pauta⁵³.

A emenda do constituinte Márcio Lacerda foi incorporada à fusão em que subscreveram os constituintes Percival Muniz, Nelton Friedrich, Marcelo Cordeiro, José Dutra e Moisés Pimentel. A discussão da matéria no Plenário foi tensa e emocional. Foram debatidos os conceitos divergentes de nacionalismo e soberania nacional. Um dos grandes conflitos ideológicos na Constituinte que envolveu privatistas e defensores da intervenção do Estado na economia.

Principais oradores favoráveis a emenda foram os constituintes Antônio Carlos Konder Reis (PDS-SC) e Gabriel Ferreira (PMDB-PA), principal orador do grupo pró-nacionalização, que argumentou:

Temos que defender, com a responsabilidade daqueles que aqui vieram com o voto popular - a soberania nacional, porque soberania não se negocia, soberania se exerce, e precisamos dar ao povo brasileiro o direito de exercer soberania sobre suas riquezas minerais.

Os constituintes que se pronunciaram contrários à emenda foram José Lins (PFL-CE) e Francisco Dornelles (PFL-RJ), que pronunciou:

Gostaria de fazer o mais amplo apelo a todos aqueles Constituintes que participaram do acordo, resultado da fusão anterior, que votem NÃO a esta emenda, por razões de natureza econômica, de natureza política, de natureza social, de natureza internacional. É a emenda do desemprego, do confronto, é a emenda que não levará nenhum benefício à sociedade brasileira.

O parecer do relator deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi favorável à matéria, com recomendação à aprovação nas Disposições Transitórias de artigo que preserve as empresas estrangeiras já em produção.

Os Líderes que recomendaram às bancadas votarem “não” foram Amaral Neto (PDS-RJ) e José Lourenço (PFL-BA). As demais lideranças se posicionaram “sim”. Cabe destaque para a

⁵³ DANC 29/04/1988.

deputada Beth Azize no espaço reservado às lideranças, que pronunciou: “Senhor Presidente, Srs. Constituintes: Pela soberania nacional, o Partido Socialista Brasileiro votará “Sim”.

A emenda foi aprovada por 343 votos contra 126 e 17 abstenções, no total de 486 constituintes presentes. 21 deputadas da bancada feminina estiveram presentes, 16 votaram a favor da emenda, 3 votaram “não” e 2 abstiveram-se.

Por região os votos foram assim distribuídos: Região Norte – 4 votos “sim”, das deputadas Beth Azize (PSB-AM), Maria Lúcia (PMDB-AC), Marluce Pinto (PTB-RR), Raquel Cândido (PFL-RO); 1 “não”, da deputada Rita Furtado (PFL-RO); 1 abstenção, da deputada Eunice Michiles (PFL-AM) e 2 ausências, das deputadas Raquel Capiberibe (PMDB-AP) e Sadie Hauache (PFL-AM); Região Nordeste – 5 votos “sim”, das constituintes Abigail Feitosa (PMDB-BA), Lídice da Mata (PCdoB-BA), Moema São Thiago (PDT-CE), Myriam Portella (PDS-PI), Wilma Maia (PDS-RN) e 2 ausências, de Cristina Tavares (PMDB-PE) e Lúcia Braga (PFL-PB); Região Centro-Oeste – 2 votos “não”, de Lúcia Vânia (PMDB-GO) e Márcia Kubitschek (PMDB-DF), e 1 “sim”, de Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF); Região Sudeste – 6 votos “sim”, de Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Benedita da Silva (PT-RJ), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Irma Passoni (PT-SP), Rita Camata (PMDB-ES), Rose de Freitas (PMDB-ES), e 1 abstenção, de Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

A votação dessa matéria na avaliação de KINZO está na escala que permite medir a posição dos representantes na categoria Nacionalismo – questões que podem situar os constituintes segundo seu apoio a medidas nacionalistas. Assumem o valor mais alto na escala aqueles que votaram favoravelmente ao item. Tomando como base esse pressuposto e examinando os dados de votação na Tabela nº 23, observa-se que 64% da bancada feminina tiveram posição de caráter nacionalista na deliberação, enquanto 12% assumem um valor mais baixo nessa escala, com voto contra e 24% com abstenção/falta. As regiões com valor mais alto da escala favorável a tendências nacionalistas foram o Sudeste (86%) e Nordeste (71%). As regiões que apresentam deputadas contrárias à nacionalização dos recursos minerais foram Norte (13%) e Centro-Oeste com (67%).

Taxas de Juros

Na votação nº 538, ocorrida em 12 de maio de 1988, foi pauta o dispositivo “as taxas de juros reais, nelas incluídas comissões e quaisquer outras remunerações, direta ou indiretamente referida à concessão de crédito, não poderão ser superiores a 12% (doze por cento) ao ano. A

cobrança acima desse limite será conceituada como crime de usura, punida em todas as suas modalidades nos termos em que a lei determinar”⁵⁴.

Essa proposição contou com Requerimento de Destaque nº 1.298 para a Emenda nº 1498-4, do constituinte Fernando Gasparian (PMDB-SP). Na discussão da matéria os oradores favoráveis à emenda foram Mário Assad (PFL-MG) e Gastone Righ (PTB-SP), que argumentou:

Senhor Presidente, a presente emenda talvez seja – e para mim seguramente o é – uma das mais importantes proposituras submetidas à análise desta Assembléia Nacional Constituinte... Não se pode continuar favorecendo os banqueiros, as casas de créditos, enriquecendo os mais ricos e empobrecendo aqueles que precisam de crédito e do financiamento.

O orador contrário à matéria foi José Serra (PMDB-SP), que justificou:

A taxa de juro depende da inflação, depende de expectativas, do déficit público, da política monetária, da inflação externa. Enfim, há um conjunto, uma infinidade de circunstâncias que influem nessa taxa de juros alta. Para combatê-la devemos ter uma política econômico-financeiro-monetária adequada, não uma fixação simplesmente.

O parecer do relator Bernardo Cabral (PMDB-AM) foi contrário à matéria. Os líderes que recomendaram às bancadas votarem “não” foram Amaral Neto (PDS-RJ) e José Lourenço (PFL-BA). As demais lideranças se posicionaram favoráveis.

A emenda foi aprovada por 314 votos contra 112 e 34 abstenções, no total de 460 constituintes. 21 deputadas da bancada feminina estiveram presentes, 19 votaram a favor da emenda, 2 votaram “não” e 4 ausentaram-se.

Por região os votos foram assim distribuídos: Região Norte – 4 votos “sim”, das deputadas Beth Azize (PSB-AM), Marluce Pinto (PTB-RR), Raquel Cândido (PFL-RO), Raquel Capiberibe (PMDB-AP), 2 votos “não”, das deputadas Maria Lúcia (PMDB-AC), Sadie Hauache (PFL-AM), e 2 ausências, de Eunice Michiles (PFL-AM) e Rita Furtado (PFL-RO); Região Nordeste – 6 votos “sim”, de Abigail Feitosa (PMDB-BA), Cristina Tavares (PMDB-PE), Lídice da Mata (PCdoB-BA), Moema São Thiago (PDT-CE), Myriam Portella (PDS-PI), Wilma Maia (PDS-RN), e 1 ausência, de Lúcia Braga (PFL-PB); Região Centro-Oeste – 2 votos “sim”, de Lúcia Vânia (PMDB-GO) e Maria de Lourdes Abadia (PFL-DF), e 1 ausência, de Márcia Kubitschek (PMDB-DF); Região Sudeste – 6 votos “sim”, de Anna Maria Rattes (PMDB-RJ), Benedita da Silva (PT- RJ), Dirce Tutu Quadros (PTB-SP), Irma Passoni (PT-SP), Rita Camata (PMDB-ES), Rose de Freitas (PMDB-ES), e 1 voto “não”, de Sandra Cavalcanti (PFL-RJ).

⁵⁴ DANC 12/05/1988, p. 10362-67.

A votação dessa matéria na avaliação de KINZO está na escala Oposicionismo ao Sistema Financeiro, que reúne série de questões que marcaram forte posição contra o sistema financeiro observada pela defesa de medidas que limitasse o poder do setor financeiro, especialmente o privado. Assumiram uma posição *anti-bancos* aqueles que tenderam a votar favorável à matéria. Tomando como base esse pressuposto e examinando os dados de votação na Tabela nº 23, observa-se que 72% das representantes femininas foram favoráveis ao tabelamento das taxas de juros se colocando em oposição ao sistema financeiro. 12% da bancada votaram contrárias à esta posição. As regiões com deputadas ausentes/abstenção foram o Centro-Oeste (33%), Norte (25%), Nordeste (14%). As regiões com posições à intervenção do estado no sistema financeiro foram o Sudeste e Nordeste com (86%) igualmente. As regiões com deputadas contrárias à intervenção do estado na economia foram o Norte (25%) e Sudeste (14%).

3.3 Temas da agenda do Trabalhador

A Tabela abaixo sistematiza dados a partir da análise das votações realizada pelo DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar – registrada na publicação “Quem é quem na Constituinte, nas questões de interesse dos trabalhadores”. Reúne as informações da bancada feminina por entender ser essa pesquisa significativa no que diz respeito aos direitos sociais dos trabalhadores votados na ANC.

Tabela 24: Composição da Bancada, por avaliação de votação/DIAP por partido

Região Eleitoral									
Média	PMDB	PFL	PDS	PDT	PTB	PT	PCdoB	PSB	Total
Abaixo de 5	2	5			1				8
	22,2%	71,4%	0,0%	0,0%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	32,0%
Entre 5,1 a 6,9	2								2
	22,2%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	8,0%
Entre 7 a 10	5	2	2	1	1	2	1	1	15
	55,6%	28,6%	100,0%	100,0%	50,0%	100,0%	100,0%	100,0%	60,0%
TOTAL	9	7	2	1	2	2	1	1	25
	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%	100,00%

Fonte: DIAP. Quem foi quem na Constituinte, nas questões de interesse dos trabalhadores. 1988

A metodologia utilizada pelo DIAP para avaliação do desempenho dos parlamentares na constituinte consiste em atribuir notas aos constituintes utilizando os critérios de voto a favor ou contra os trabalhadores. O DIAP selecionou dez matérias mais importantes de cada turno de votações e fixou um peso para cada uma delas, variando de zero a um ponto e meio para cada. O

constituente que compareceu e votou “sim” ganhou pontos; o que se absteve, estava ausente ou votou “não” deixou de ganhar menção. As notas atribuídas a cada parlamentar resultaram da média do desempenho do primeiro e do segundo turnos.

Os temas apreciados pelo DIAP para avaliação dos parlamentares, quanto às questões de interesse dos trabalhadores, no primeiro turno foram: estabilidade no emprego; quarenta horas semanais; turno de seis horas; salário mínimo real; prescrição de cinco anos; férias 1/3 do salário; piso salarial; direito de greve; aviso prévio mínimo de 30 dias; comissão de fábrica. Para o segundo turno foram selecionados os temas: estabilidade, 40 horas, turno de seis horas, prescrição de 5 anos, direito de greve, aviso prévio proporcional, estabilidade do dirigente sindical, sindicato como substituto processual, participação dos trabalhadores em órgãos como SESC, SESI e auto-aplicabilidade dos direitos sociais.

A análise dos dados revela que no desempenho da bancada nas questões dos trabalhadores as representantes femininas estiveram bem colocadas em relação aos temas apreciados a partir dos valores atribuídos pelo DIAP. 60% da bancada receberam nota entre 7 a 10. Nesse extrato, a maioria obteve nota de 9 a 10. 8% foram avaliadas com nota entre 5,1 a 6,9. O percentual das deputadas que receberam nota abaixo de cinco foi de 32%. Ressalte-se que neste padrão muitas delas receberam avaliação de zero a 1,5.

Do ponto de vista partidário, o destaque na menção maior foi para o PT, PCdoB, PSB, PDT e PDS. Note-se que as deputadas do PDS, partido conservador, foram bastante favoráveis às propostas dos trabalhadores com notas entre 7 e 10. O PTB com duas constituintes com notas divergentes, abaixo de 5 (50%) e acima de 7 (50%). O PMDB mostra-se a agremiação mais heterogênea, recebendo menção em todas as médias. O PFL revelou a pior avaliação, 71,4% da bancada mostram-se contrárias às questões dos trabalhadores, com menção abaixo de 5.

Conforme Tabela abaixo, as regiões que apresentaram maior percentual de notas inferiores a 5 foram o Centro-Oeste (66,7%) e Norte (50%), esta última com variações em todas as médias. A bancada do estado do Amazonas recebeu notas mais baixas (zero), 1,0 (um) e 1,5 (um e meio pontos). Uma deputada recebeu nota 10 (dez). A região Centro-Oeste com notas variando entre 3,25 e 9,25. Nordeste e Sudeste responderam positivamente aos interesses da classe trabalhadora, com o melhor desempenho da bancada, ambas com 85,7% de aprovação, com menção entre 7 a 10. Pela região Nordeste o pior desempenho foi do estado da Paraíba com

nota 4,75. Coube ao Rio de Janeiro a menor nota do Sudeste com 2,5. Os demais estados da região mantiveram bom desempenho nos temas de interesse dos trabalhadores.

Tabela 25: Composição da Bancada, por avaliação de votação/DIAP por Região

Região Eleitoral					
Média	Norte	Nordeste	Centro Oeste	Sudeste	Total
Abaixo de 5	4 50,0%	1 14,3%	2 66,7%	1 14,3%	8 32,0%
Entre 5,1 a 6,9	2 25,0%	0,0%	0,0%	0,0%	2 8,0%
Entre 7 a 10	2 25,0%	6 85,7%	1 33,3%	6 85,7%	15 60,0%
TOTAL	8 100,0%	7 100,0%	3 100,0%	7 100,0%	25 100,0%

Fonte: DIAP. Quem foi quem na Constituinte, nas questões de interesse dos trabalhadores. 1988

Conclusão

Na Constituição de 1988, a bancada feminina atuou em defesa das reivindicações de igualdade de direitos e ampliação da cidadania às mulheres. Seu trabalho na elaboração da Carta não se restringiu contudo apenas às reivindicações de gênero, mas buscou uma nova ordem jurídica baseada no princípio de igualdade social, fortalecimento da cidadania individual e coletiva, defesa da democracia participativa, melhoria dos direitos sociais dos empregados, e construção de uma sociedade mais justa. Em todas as questões, em sua maioria, a bancada feminina demonstrou participação avançada e progressista, procurando entendimento além dos partidos políticos, numa demonstração de independência política.

O superior completo como grau de instrução; as ciências humanas como formação acadêmica; o jornalismo, o magistério, a advocacia e a assistência social como profissões; os 40 anos como idade e o PMDB e o PFL, partidos de Centro, como suas principais agremiações políticas dão corpo ao perfil da bancada feminina na ANC. Doze foram as migrações partidárias dentro desse grupo.

A bancada feminina na Constituinte era composta principalmente por parlamentares de primeiro exercício, o que, em certa medida, trouxe frescor e renovação política. Ainda neste tópico, a maioria das representantes constituintes não ocupou cargo na burocracia municipal, estadual e federal, nem participou de qualquer tipo de associação coletiva. Esse mesmo grupo, em sua maioria, possuía grau de parentesco político e autoposicionamento de centro e esquerda.

A análise do comportamento parlamentar da bancada feminina, a partir do voto nominal, permite observações do grau de posicionamento e de sua coesão na constituinte. Nas categorias de votações analisadas, nota-se convergência, especialmente nos que dizem respeito à mulher. A regionalidade contudo delinea uma e outra divergência. Ademais, as regiões Norte e Nordeste registraram proporcionalmente maior ausência de parlamentares mulheres nesse grupo de votações. A região Sudeste e Centro-Oeste com mais presença nas deliberações.

Nas votações da agenda de interesse da mulher das cinco questões estudadas, observa-se que em quatro a bancada feminina votou de forma uniforme, consagrando esses direitos com aval dos movimentos femininos. A questão que motivou controvérsias e dividiu o grupo parlamentar foi o tema aborto, mas que, de forma majoritária, a bancada chegou a um consenso de retirada do tema no debate constitucional.

A bancada demonstrou comportamento suprapartidário, acima de aspectos ideológicos e/ou regionais, na defesa e entendimento das questões visando a objetivo comum com deliberações consensuais. O texto constitucional reflete a luta desse grupo parlamentar. Temas de importância não só para as mulheres como também para a sociedade como um todo, em alguns momentos, não foram tratados com a sensibilidade devida, como a licença paternidade, motivo de chacotas, com desconhecimento do significado real da medida. A licença à gestante, combatida sob a alegação de que restringiria o mercado de trabalho para as mulheres, foi vitória para a bancada. O direito à titularidade de área urbana, antes só concedida aos homens, a partir da nova Constituição passa a ser concessão também da mulher.

Fazendo correlação ao estudo de Kinzo, (1990) sobre a postura da bancada feminina quanto às votações, pelo exame do indicador “Governismo”, majoritariamente o grupo mostrou-se politicamente independente do governo. A divisão significativa no interior da bancada, deu-se no grupo regional do Norte e Centro-Oeste. A análise de posições no índice “Democratismo” revela que 80% da bancada defenderam posições de conteúdo democrático. O grupo delineou divisões nas bancadas regionais, com deputadas das regiões Norte e Centro-Oeste com votações menos democratizantes. No item “Conservadorismo” o grupo apresentou postura reformista no que tange a direitos sociais. No interior da bancada, as representantes identificadas com o conservadorismo, quanto à distribuição de propriedade, foram as regiões Norte e Centro-Oeste. O posicionamento “Nacionalismo” mostrou que 64% do grupo apoiaram a questão nacionalista, que envolveu privatistas e defensores da intervenção do Estado na economia. As parlamentares que divergiram situavam-se nas regiões Norte e Centro-Oeste, contrárias à nacionalização dos recursos minerais. O “Oposicionismo ao Sistema Financeiro” revela a bancada com 72% das representantes defensoras do limite de poder do sistema financeiro. A região Norte mostrou-se a mais favorável ao sistema bancário, votaram de forma contrária à bancada.

Os temas apreciados dentro dos valores atribuídos pelo DIAP revelam que o desempenho da bancada foi qualificado. Do ponto de vista partidário as constituintes filiadas às agremiações de esquerda tiveram destaque na avaliação, deputadas de partidos conservadores também foram bem posicionadas. Dos partidos conservadores as deputadas do PFL tiveram avaliações menores. No recorte regional o Norte e Centro-Oeste com notas bastante inferiores ao grupo.

É este portanto o perfil da bancada feminina na Assembléia Nacional Constituinte.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, Cecília Beatriz Soares de. Participação política da mulher no Brasil. In: **Direitos Humanos: fundamento, proteção e implementação: perspectivas e desafios contemporâneos**. Curitiba: Juruá, 2007. v. 2, p. 775-791,

ANTEPROJETO é defendido por dez deputadas. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 9, 18 jul. 1987.

ARAÚJO, Rita de Cássia Barbosa de. O voto de saias: a Constituinte de 1934 e a participação das mulheres na política. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 49, p. 133-150, set./dez. 2003

AVELAR, Lúcia. Mulher e política: o mito da igualdade. **Democracia Viva**, Rio de Janeiro, n. 32, p. 98-102, jul. / set. 2006.

_____. **Mulheres na política brasileira**. 2ª ed. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer: Editora da UNESP, 2001. 188 p.

_____. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. 2ª ed. Campinas: Editor da Unicamp, 1989. 132 p.

BARROSO, Magdaleno Girão. **O Brasil constituinte e a Constituição de 1988: um depoimento, ao vivo, para a história**. Brasília: [s.n.], 1993. 536 p.

BELLOZO, Edson. **Mulher e política: um estudo sobre os projetos de lei referentes à mulher e gênero apresentados pelas deputadas e senadoras nas décadas de 1990 e 2000**. Londrina, 2006. 343p. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina.

BESTER, Gisela Maria. Democracia representativa: de quem e para quem? Reflexões sobre a gênese da desigualdade política das mulheres e sua exclusão do sufrágio universal. **Revista do Curso de Pós-graduação em direito da UFSC**, Santa Catarina, v. 20, n. 37, p. 95-105, dez. 1998.

BRAGA, Sérgio Soares. **Quem foi quem na Assembléia Nacional Constituinte de 1946: um perfil socioeconômico e regional da Constituinte de 1946**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1998. 2. v. Originalmente apresentada como Dissertação de Mestrado.

BRAGA, Sérgio Soares; COSTA, Domingos. Perfil sociopolítico e comportamento parlamentar na Constituinte de 1987/88; uma contribuição à solução do “enigma do Centrão”. In:

SEMINÁRIO INTERNACIONAL “ESTUDOS LEGISLATIVOS EM PERSPECTIVA COMPARADA”, 1. 2008. Brasília: Senado:UNILEGIS, Câmara dos Deputados, Universidade Federal de Minas Gerais, Universidade de Brasília.. Dias 15 e 16 de maio, 2008.

BONAVIDES, Paulo ; ANDRADE, Paes de. **História Constitucional do Brasil**. 6ª ed. Brasília: OAB Editora, 2004. 950 p.

BRUSCO, Dilson Emílio ; RIBEIRO, Ernani Valter. **O processo histórico da elaboração do texto constitucional: mapas demonstrativos**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1993. 3 v.

CABRAL, Bernardo. Os trabalhos desenvolvidos na Assembléia Nacional Constituinte – 1987 a 1998. A Constituição federal de 5 de outubro de 1988. **Carta Mensal**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 589, p. 35-45, abr. 2004.

CENTRO domina a Constituinte. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.8, 19 jan. 1987.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA–CEFMEA. **O direito das mulheres na legislação pós-constituente**. Brasília: Letras Livres: CFEMEA, 2006. 126 p.

CRESCER o número de mulheres deputadas. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. a6, 25 jan. 1987.

COELHO, João Gilberto Lucas. O processo constituinte. In: GURAN, Milton (Org.). **O processo constituinte 1987-1988: documentação fotográfica: a nova Constituição**. Brasília: Ágil, 1988. p. 26-27.

COELHO, João Gilberto Lucas; OLIVEIRA, Antonio Carlos Nantes. **A nova Constituição: avaliação do texto e perfil dos constituintes**. Rio de Janeiro: INESC: Revan, 1989. 453 p.

CONSERVADOR ou liberal? O que pensa o Congresso: Perfil da Constituinte. **Correio Braziliense**, p. 5, 18 jan. 1987.

CONSTITUINTE “racha” os partidos de centro; esquerda fica unida: a história das votações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A 10, 11 set. 1988.

COUTO, Cláudio Gonçalves. A longa Constituinte: reforma do estado e fluidez institucional no Brasil. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 41, n. 1, p. 51-86. 1998.

DEPUTADAS acusam Cabral de não atender as aspirações femininas. **O Globo**, Rio de Janeiro, p. 2, 5 set. 1987.

DEPUTADAS constituintes não conseguem consenso em propostas sobre mulheres. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. a24, 29 mar. 1987.

DEPUTADAS debatem problemas da mulher. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 6, 18 mar. 1987.

DEPUTADAS reivindicam da constituinte direito a licença-maternidade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 2, 29 nov. 1987.

FARHAT, Said. **Perfil da Constituinte**: quem são os 487 deputados e os 72 senadores que a compõem. Brasília. 1987. 173 p. Mimeografado.

FLEISCHER, David. **Um perfil sócio-econômico, político e ideológico da Assembléia Constituinte de 1987**. Águas de São Pedro, 1987. 25 p. Trabalho apresentado no XI Encontro Anual da ANPOCS.

_____. Perfil sócio-econômico e político da Constituinte. In: GURAN, Milton (Org.). **O processo constituinte 1987-1988: documentação fotográfica: a nova Constituição**. Brasília: Ágil, 1988. 212 p. il.

JARBAS, Maranhão. As constituintes. **Revista de Ciência Política**. v. 31, n. 2, p. 66-71, abr./jun. 1988.

JOBIM, Nelson Azevedo. **A Constituinte vista por dentro: vicissitudes, superação e efetividade de uma história real**. In: **15 anos de Constituição: história e vicissitudes**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004. p. 9-17.

JORNAL DA CONSTITUINTE. Brasília: Câmara dos Deputados. 1987-1988. Semanal. Jornal de responsabilidade da Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

JUCOVSKY, Vera Lúcia R. S. **Representação política da mulher**. São Paulo: J. de Oliveira, 2000. 113 p.

KINZO, Maria Dalva Gil. O quadro partidário e a constituinte. In: LAMOUNIER, Bolívar (Org.). **De Geisel a Collor: o balanço da transição**. São Paulo: IDESP, 1990. p. 105-134

LEMOS, Leany Barreiro de Souza ; RANINCHESKI, Sonia. O perfil sóciopolítico dos senadores brasileiros. **Senatus**. v.2, n.1, p. 33-39, dez. 2002.

A LUTA pelo prestígio sem a ajuda dos maridos. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 9, 7 jun. 1987.

MAINWARING, Scott ; LIÑAN, Aníbal Pérez. Disciplina partidária: o caso da constituinte. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. n. 44, p. 106-136, 1998.

MARENCO, André ; SERNA, Miguel. Por que carreiras políticas na esquerda e na direita não são iguais? **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 93-113, jun. 2007.

MATA, Lídice da. Uma mulher em luta na constituinte. Brasília : Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 1988. 70 p.

MESSEMBERG, Débora. A elite parlamentar brasileira. (1989-2004). **Sociedade e Estado**. v.22, n. 2, p. 309-370, maio/ago. 2007.

MIGUEL, LUÍS Felipe. Capital político e carreira eleitoral: algumas variáveis na eleição para o Congresso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, n. 20, p. 115-134, jun. 2003.

MULHERES levantam voz no plenário. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, p. 8, 26 jun. 1988.

MURARO, Rose Marie. A mulher e a constituinte. **Indicador**, v. 4, n. 18, p. 247-259, maio/jun. 1986.

OLIVEIRA, Mauro Márcio. **Fontes de informações sobre a Assembléia Nacional Constituinte de 1987: quais são, onde buscá-las e como usá-las**. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas.1993. 89p.

OLIVEIRA, Paulo Afonso Martins de. **O Congresso em meio século**. Brasília: Plenarium, Câmara dos Deputados. 2005. 241 p. Depoimento a Tarcísio Holanda.

PACOTE de emendas une as deputadas. **Correio Braziliense**, Brasília, p. 6, 29 ago. 1987.

PIMENTEL, Silvia. **A mulher e a constituinte: uma contribuição ao debate**. São Paulo: Cortez : Educ, 1987. 87 p.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na política: uma análise sobre mulheres no pós-Constituinte**. Brasília, 2007. 213 p. Dissertação (Tese de Mestrado). Universidade de Brasília – UnB.

PINHO, Leda de Oliveira. **Princípio da igualdade: investigação na perspectiva de gênero**. Porto Alegre: S.S. Fabris, 2005. 232p.

PINTO, Almir Pazzianotto. A Constituinte e a proteção à mulher. **Revista de Orientação Trabalhista**, v. 5, n. 51, p. 16-17, maio, 1988.

PROPOSIÇÕES legislativas sobre questões femininas no Parlamento brasileiro: 1826-2004. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Arquivo. 2004. 729 p.

REPERTÓRIO Biográfico dos Membros da Assembléia Nacional Constituinte de 1987. Brasília: Câmara dos Deputados: Coordenação de Publicações. 912 p. il.

RODRIGUES, João Batista Cascudo. **A mulher brasileira: direitos políticos e civis**. 4. ed. Brasília: projeto Editorial, 2003. 766 p.

RODRIGUES, Leôncio Martins. **Quem é quem na Constituinte: uma análise sócio-política dos partidos e deputados**. São Paulo: Oesp-maltese, 1987. 368 p.

SABOIA, José Carlos. Os Direitos das minorias. **Revista de Cultura Vozes**, Rio de Janeiro, v. 82, n. 2, p. 57-63, jul./dez. 1988.

SALGADO, Eneida Desiree. **Constituição e Democracia: tijolo por tijolo em um desenho (quase) lógico: vinte anos de construção do projeto democrático brasileiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2007. 280 p.

SANTOS, Janine Mello dos Santos. **Gênero, representação e instituições**. Brasília, 2006. 230p. (Dissertação de Mestrado) –Instituto de Ciência Política da Universidade de Brasília.

SCHUMAHER, Schuma.(Org.). **Dicionário mulheres do Brasil: de 1500 até a atualidade**. Rio de Janeiro; J. Zahar, 2000. 567 p.

SOUZA, Celina. Federalismo e descentralização na Constituição de 1988: processo decisório, conflitos e alianças. **Dados: Revista de Ciências Sociais**. v. 44, n. 3, p 513-560, 2001.

SOUZA, Márcia Teixeira de. O processo decisório na Constituição de 1988: práticas institucionais. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**. n. 58, p 37-59, 2003.

TABAK, Fanny. **A Nova Ordem Legal : mulheres na constituinte**. Rio de Janeiro: PUC, Núcleo de Estudos sobre a Mulher, 1989. 161 p.

_____. **Mulher e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Pontifícia Universidade Católica, 1987. 173 p.

_____. **A mulher brasileira no Congresso Nacional**. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 1989. 161 p.

TABAK, Fanny ; VERUCCI, Florisa. **A Difícil igualdade : os direitos da mulher como direitos humanos** . Rio de Janeiro: Relume-dumara, 1994. 181 p.

TEXTO de Cabral recebe crítica das deputadas. **Jornal de Brasília**, Brasília, p. 4, 5 set. 1987.